



# **PERCURSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL dos Diplomados da NOVA**

**Relatório Síntese  
Licenciados, Mestres e Doutores  
Coortes de 2010 a 2020**

Autoria:  
Miguel Chaves  
César Morais

## Ficha Técnica:

### **Autoria**

Professor Doutor Miguel Chaves

Coordenador Científico do OBIPNOVA / CICS.NOVA e NOVA FCSH

### **Co-autoria**

César Morais

### **Leitura e validação**

Comissão Científica do OBIPNOVA em 04.Dez.2024

### **Tratamento de Dados / Produção de Gráficos**

Mestre Maria João Camejo

Unidade de Qualidade, Acreditação e Empregabilidade

Direção de Planeamento, Qualidade e Assuntos Académicos, Reitoria da NOVA

### **Fornecedor de serviços técnicos especializados**

A.C. Nielsen Portugal - Estudos de Mercado Unipessoal, Lda.

### **Coordenação no âmbito da Reitoria**

Professora Doutora Isabel L. Nunes

Vice-Reitora da Universidade NOVA de Lisboa para o

Planeamento Estratégico, Qualidade, Acreditação e Empregabilidade

---

## ÍNDICE

---

1.	Introdução e conclusão sumária .....	1
1.1.	Situação perante a atividade e taxas de emprego e desemprego .....	2
1.2.	Ajustamento do emprego ao nível de instrução (“ajustamento vertical”) e à área de formação (“ajustamento horizontal”).....	4
1.3.	Níveis de rendimento.....	4
1.4.	Situação perante a profissão .....	5
1.5.	Natureza jurídica das entidades empregadoras .....	5
1.6.	Setores de atividade .....	6
1.7.	Posicionamento dos diplomados face à possibilidade de emigrar.....	7
1.8.	Posicionamento dos diplomados face à escolha do mesmo curso e da mesma escola onde obtiveram o diploma .....	8
2.	Licenciados.....	9
2.1.	Situação perante a atividade dos licenciados .....	10
2.2.	Taxas de Emprego e Desemprego dos licenciados e número de licenciados inscritos em centros de emprego para procurar um emprego .....	11
2.3.	Percentagem de licenciados que prosseguiram estudos .....	12
2.4.	Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos licenciados.....	13
2.5.	Níveis médios de remuneração líquida dos licenciados .....	15
2.6.	Natureza jurídica da entidade empregadora dos licenciados .....	16
2.7.	Setores de atividade em que os licenciados exercem a sua profissão .....	17
2.8.	Situação dos licenciados na sua profissão .....	18
2.9.	Posicionamento dos licenciados face à possibilidade de emigrar .....	20
2.10.	Percentagens de licenciados que voltariam a escolher o mesmo ciclo de estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino .....	21
3.	Mestres .....	23
3.1.	Situação perante a atividade dos mestres.....	23
3.2.	Percentagem de mestres que prosseguiram estudos .....	24
3.3.	Proporção de bolsheiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de mestres ..	25
3.4.	Taxas de Emprego e Desemprego dos mestres e número de mestres inscritos em centros de emprego para procurar um emprego.....	26
3.5.	Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos mestres.....	27
3.6.	Níveis médios de remuneração líquida dos mestres .....	28
3.7.	Natureza jurídica da entidade empregadora dos mestres.....	29
3.8.	Situação dos mestres na sua profissão .....	30

3.9.	Setores de atividade em que os mestres exercem a sua profissão .....	31
3.10.	Posicionamento dos mestres face à possibilidade de emigrar .....	32
3.11.	Percentagem de mestres que voltariam a escolher o mesmo ciclo de estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino .....	33
4.	Doutores.....	35
4.1.	Situação perante a atividade dos doutorados.....	35
4.2.	Percentagem de doutorados que prosseguiram estudos.....	36
4.3.	Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de doutorados ..	36
4.4.	Taxas de Emprego e Desemprego dos doutorados e número de doutorados inscritos em centros de emprego para procurar um emprego .....	37
4.5.	Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos doutorados.....	38
4.6.	Níveis médios de remuneração líquida dos doutorados .....	39
4.7.	Natureza jurídica da entidade empregadora dos doutorados.....	40
4.8.	Setores de atividade em que os doutorados exercem a sua profissão .....	41
4.9.	Situação dos doutorados na sua profissão .....	42
4.10.	Posicionamento dos doutorados face à possibilidade de emigrar .....	43
4.11.	Percentagem de doutorados que voltariam a escolher o mesmo ciclo de estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino .....	44
Anexo	.....	46
	Glossário de Critérios adotados do Instituto Nacional de Estatística.....	46
	Lista de Acrónimos e Siglas .....	47

## 1. Introdução e conclusão sumária

O Observatório da Inserção Profissional dos Diplomados da Universidade NOVA de Lisboa (OBIPNOVA) desenvolve as suas atividades de recolha de informação, agregando todas as unidades orgânicas (UO) da NOVA, no âmbito da área de responsabilidade da Reitoria que concerne à empregabilidade.

O presente relatório foi realizado tendo por base os dados nucleares das inquirições realizadas pelo OBIPNOVA ao percurso de inserção profissional dos diplomados da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA) que concluíram os seus ciclos de estudos conferentes de grau nos anos letivos de 2010 a 2020. Todos os inquéritos, aplicados anualmente, procuram retratar a situação profissional dos licenciados, mestres e doutores da NOVA, de cada coorte, exatamente um ano após a obtenção do respetivo grau. Os dados devem, portanto, ser lidos interpretados com o conhecimento de que a informação referente a cada coorte diz respeito ao ano posterior ao mencionado nos gráficos (a título de exemplo, a informação respeitante à coorte de 2010 refere-se à situação dessa coorte em 2011; a da coorte de 2011 à sua situação em 2012, e assim sucessivamente).

As amostras, estatisticamente representativas, têm por base margens de erro reduzidas (principalmente no caso dos licenciados e mestres), o que permite depositar uma confiança considerável na fiabilidade dos dados (Cf. Relatório Metodológico).

Os inquéritos do OBIPNOVA proporcionam, além disso, a possibilidade de se descrever o cenário de inserção dos diplomados das várias UO e de todos os ciclos de estudos. No presente documento, disponibilizam-se os totais para o conjunto da Universidade, sem se proceder a segmentações por UO ou por curso.

Antes de se apreciar a situação dos diplomados de cada um dos níveis de ensino, propõe-se, um sumário inicial, com vista a delinear as tendências evolutivas gerais, repartindo-as por algumas das dimensões-chave de caracterização do cenário de inserção, que serão depois exploradas em pormenor.

## 1.1. Situação perante a atividade e taxas de emprego e desemprego

A percentagem de desempregados e a “taxa de desemprego” conheceram uma evolução similar nos três níveis de escolaridade (licenciados, mestres e doutores), com um aumento expressivo durante a intensificação da crise económica e financeira. Entre os licenciados, o agravamento do desemprego já se fazia sentir na coorte de 2011. Junto dos mestres e doutores, o aumento foi mais evidente na coorte de 2012. No entanto, em qualquer dos grupos, o desemprego decresceu de forma significativa a partir da coorte de 2013, mantendo-se numa trajetória descendente até à coorte 2017. Em 2019, o desemprego e a inatividade cresceram consideravelmente entre licenciados e mestres, voltando a diminuir na coorte de 2020, a última analisada. O mesmo não poder ser dito relativamente aos doutorados, pois a tendência foi a inversa: a percentagem de desempregados e as taxas de desemprego superaram na coorte de 2020 as registadas na de 2019.

As “taxas de emprego”, por sua vez, foram sempre sofrendo oscilações entre os licenciados, enquanto, para mestres e doutores, a tendência foi, claramente, de aumento a partir de 2013. No caso dos mestres, a tendência ascendente manteve-se constante, alcançando os seus picos em 2017 e 2018, quando ultrapassou os 90%. Contudo, na coorte de 2019, observou-se uma redução da “taxa de emprego” entre os mestres, contrariada depois na coorte de 2020. Em contrapartida, entre os doutores houve uma ligeira subida dessa mesma taxa em 2019, atingindo o valor mais elevado das onze coortes observadas, antes de cair na de 2020 para um dos valores mais baixos.

De forma geral, e independentemente do ano analisado, é importante salientar que a taxa de desemprego diminui e a taxa de emprego aumenta conforme transitamos dos licenciados para os mestres, e destes para os doutores.

A coorte de 2019 merece atenção especial, uma vez que foi marcada, entre licenciados e mestres, por uma abrupta degradação da situação perante a atividade, fruto, em grande parte, das particularidades do ano de 2020, momento em que aquela ingressou no mercado de trabalho. Tratou-se de um período excecionalmente atípico, fortemente impactado pela pandemia. Como afirmam Mamede et al. (2020)<sup>1</sup>, a conjuntura pandémica, responsável pela Covid-19, foi um evento sem precedentes na história recente: a economia portuguesa tinha, em larga média, recuperado face à crise anterior, mas a situação económica voltou a deteriorar-se rapidamente, originando uma queda significativa de indicadores diversos, entre os quais, as

---

<sup>1</sup> Mamede, R. P., Pereira, M. e Simões, A. (2020), *Portugal: Uma análise rápida do impacto da COVID-19 na economia e no mercado de trabalho*, Genebra: Organização Internacional do Trabalho. ISBN: 9789220328514

taxas de emprego e de atividade.

Em Portugal, o impacto da pandemia foi sentido praticamente em todos os setores, com particular destaque para a hotelaria, a restauração e os serviços administrativos e de apoio, desproporcionalmente afetados pela perda de postos de trabalho. Segundo dados do IEFP, o aumento do desemprego afetou sobretudo os jovens com menos de 25 anos, em comparação com faixas etárias mais avançadas. É relevante sublinhar que, entre estes jovens, é comum a prevalência de contratos temporários, como estágios (remunerados ou não), períodos experimentais e contratos a tempo parcial, exacerbando a sua vulnerabilidade.

Alinhando-se com essa leitura, o estudo *Desemprego e Precariedade Laboral na População Jovem: Tendências Recentes em Portugal e na Europa*, realizado pelo Observatório das Desigualdades do CIES, concluiu que os jovens foram os mais prejudicados pela pandemia no que toca às oportunidades laborais. No contexto europeu, e também em Portugal, a taxa de desemprego entre jovens com menos de 25 anos registou um aumento significativo.

As medidas de confinamento implementadas pelo governo português para conter a pandemia tiveram um impacto profundo nas condições laborais. Muitas empresas reduziram ou suspenderam as suas atividades, com o recurso a políticas como o regime de *layoff*. Um ano de pandemia resultou numa redução da população empregada e numa diminuição no número de horas trabalhadas (Carvalho et al., 2021)<sup>2</sup>.

A recuperação observada em 2020, logo após a conjuntura pandémica acima descrita, fez-se claramente notar, mas apenas entre licenciados e mestres. O dado mais surpreendente da coorte de 2020 foi, efetivamente, a deterioração da situação dos doutorados no mercado de trabalho. Esta foi visível na queda da taxa de emprego, no aumento da taxa de desemprego, no crescimento da percentagem de inativos e no número de doutorados inscritos no Instituto de Emprego. Atribuímos esta situação à redução do número de bolsas de investigação e a um aparente desajuste entre a oferta e a procura de doutorados no mercado de trabalho (que não se destacara em anos anteriores), exacerbado pelo recuo do Estado como entidade empregadora de indivíduos com este nível de formação. No entanto, estas hipóteses ainda muito gerais deverão ser confrontadas com outros dados, tanto nacionais como internacionais, exigindo acompanhamento nos futuros inquéritos do OBIPNOVA.

---

<sup>2</sup> Peralta, S.; Carvalho, B.; Esteves, M. (2022), *Portugal, Balanço Social 2021. O Retrato do país e de um ano de pandemia*. Social Equity Initiative, NOVA SBE, Fundação “la Caixa” e BPI.

## **1.2. Ajustamento do emprego ao nível de instrução (“ajustamento vertical”) e à área de formação (“ajustamento horizontal”)**

Analisando o período de onze anos em questão, dois aspetos merecem destaque. Primeiro, os níveis de ajustamento mantiveram-se consistentemente elevados, com uma tendência de melhoria ao longo do tempo — o que contraria noções pré-concebidas e frequentemente negativas sobre a qualidade do emprego entre diplomados do ensino superior neste aspeto particular. Segundo, assim como acontece com vários outros indicadores, os níveis de ajustamento vertical e horizontal tendem a ser tanto mais elevados quanto maior for o grau de escolaridade atingido.

Outro elemento que deve ser sublinhado é que, no caso dos licenciados e mestres, se verificou uma ligeira diminuição nos níveis de ajustamento vertical e horizontal de 2019 para 2020, em contraciclo com a melhoria da “situação perante a atividade”. Longe de ser paradoxal, estes dois factos possuem uma relação lógica, que se tornará evidente mais adiante.

Nos doutorados, a diminuição do ajustamento em 2020 acompanha a já mencionada deterioração da “situação perante a atividade”.

## **1.3. Níveis de rendimento**

Independentemente do ano considerado, os níveis de rendimento aumentam significativamente à medida que se avança nos níveis de escolaridade, da licenciatura para o doutoramento.

A evolução desses rendimentos segue um padrão semelhante entre licenciados e mestres: estes registaram uma redução até à coorte de 2014, recuperando nas coortes seguintes. Parte dessa melhoria pode ser atribuída à diminuição da carga fiscal direta, especialmente da taxa social única. Em 2018, em ambos os grupos, os rendimentos atingiram níveis semelhantes aos da coorte de 2010.

No caso dos doutorados, a tendência foi de estabilização nominal das remunerações, a ponto de os rendimentos líquidos da coorte de 2020 serem idênticos aos da coorte de 2010.

No entanto, e como se sugeriu atrás, as médias salariais dos doutorados destacam-se por ser consistentemente superiores às dos dois níveis de ensino precedentes. Em 2020, as remunerações dos doutorados excediam as dos mestres em 420 euros e as dos licenciados em 787 euros.

#### 1.4. Situação perante a profissão

A aproximação de licenciados, mestres e doutores volta a evidenciar-se no que toca à situação perante a profissão - qualquer dos graus é marcado por uma acentuada predominância dos “trabalhadores por conta de outrem”. No entanto, as tendências variam entre os grupos. Junto dos licenciados, o número de trabalhadores por conta própria foi maior nas coortes cuja inserção decorreu no período de intensificação da crise económica e financeira, na primeira metade da década, embora voltado a crescer significativamente na coorte de 2020. Entre os mestres, o aumento durante o período mais crítico também ocorreu, mas de um modo mais esbatido. Além disso, não se verificou uma variação ascendente na última coorte analisada. Já entre os doutores, a tendência inverte-se na comparação com os dois grupos anteriores: o trabalho por conta própria aumentou nas últimas cinco coortes, atingindo o seu zénite na coorte de 2020.

#### 1.5. Natureza jurídica das entidades empregadoras

O padrão evolutivo da “natureza jurídica das entidades empregadoras” apresenta também notáveis similaridades entre os três níveis de formação. O setor privado tem visto o seu peso aumentar progressivamente como entidade empregadora, enquanto o setor público – composto pela *Administração Pública* e pelas *Empresas Públicas ou Mistas* – sofreu um declínio significativo.

Entre os mestres, o setor privado é já responsável pela maioria dos empregos a partir da coorte de 2012, tendo a sua importância crescido de forma acentuada ao longo dos anos. No caso dos licenciados, o setor privado sempre foi o principal empregador fosse qual fosse a coorte analisada. Apenas no grupo dos doutorados, o setor público continuou a ser predominante.

Na coorte de 2019, observou-se um aumento relativo do setor público como gerador de emprego, a par de um declínio do setor privado, entre licenciados e mestres. Tratou-se, porém, de uma situação pontual, resultante, com toda a probabilidade, da maior resiliência das áreas ligadas ao setor público, durante a crise pandémica, mas foi logo “corrigida” na coorte de 2020, especialmente entre os mestres, onde a recuperação do setor privado foi particularmente abrupta.

No segmento dos doutores, o crescimento do setor privado em relação ao público manteve-se constante, mesmo na coorte de 2019.

Vale ainda destacar que o grupo dos doutorados foi o único onde a importância das

*Fundações, IPSS e ONG* não diminuiu ao longo de toda a série. Para os mestres, mas sobretudo para os licenciados, o declínio destas entidades enquanto instâncias empregadoras foi acentuado, a ponto de o seu peso no emprego se ter tornado residual nas coortes mais recentes.

## 1.6. Setores de atividade

No caso dos licenciados, o peso percentual dos setores de atividade na formação do emprego acompanha, até à coorte de 2016, o declínio do papel do Estado como gerador direto de emprego. Tal declínio torna-se particularmente perceptível se observarmos os *Organismos da Administração Pública (Central e Local)*, cuja importância cai de forma inexorável ao longo da década. No entanto, em 2019, assistiu-se a um aumento relativo do peso da *Administração Pública*, do setor *Justiça* e, acima de tudo, do setor *Educativo* - mas foi este o único dos três que continuou a crescer na coorte de 2020.

O setor dominante, ao longo do tempo, foi sempre o dos *Serviços Prestados às Empresas*, embora este tenha sido temporariamente ultrapassado, em 2015 e 2016, pelo do *Comércio, Restaurantes e Hotéis*, em declínio nas coortes seguintes, sobretudo em 2019, sem dúvida devido ao impacto da crise pandémica, mas recuperando na coorte de 2020. A partir de 2015, destaca-se também a retoma do setor da *Banca e Seguros*, que, em 2020, alcançou o peso proporcional mais elevado de todas as coortes analisadas.

O perfil de emprego dos mestres apresenta várias semelhanças com o dos licenciados. Também entre aqueles impera, seja qual for a coorte considerada, o setor dos *Serviços Prestados às Empresas*, além de se verificar um recrudescimento da *Banca e Seguros*, tendências intensificadas na coorte de 2020. Além disso, o peso dos *Organismos da Administração Pública* tem vindo a cair desde 2010, tornando-se residual no último ano em análise, sem que essa perda seja compensada por qualquer outro setor predominantemente público – a *Educação*, por exemplo, representava em 2020 apenas um quarto do peso que detinha em 2010.

A maior diferença entre o perfil de emprego dos mestres e o dos licenciados reside, por um lado, na relevância dos setores da *Saúde e Ação Social*, e, por outro, no das *Indústrias de Transformação, Eletricidade, Água, Gás e Construção e Obras Públicas*. Ambos os setores estão significativamente mais representados entre os graduados do 2.º ciclo, o que reflete a presença dos mestrados integrados em Engenharia e em Ciências Médicas. Em contrapartida, o setor do *Comércio, Restaurantes e Hotéis* está fortemente subrepresentado entre mestres por comparação com a relevância que conhece junto dos licenciados.

Por fim, entre doutores a situação é radicalmente distinta da que encontramos entre os dois níveis anteriores de ensino: o setor *Educação* continua aqui a ser o mais representado, mesmo encontrando-se em acentuado declínio – o número de doutores que nas coortes de 2017 e 2018 estavam empregados na *Educação* não correspondia já a metade do total. Em 2020, a importância desse setor cresceu ligeiramente em comparação a 2019, mas, mesmo assim, regista o segundo valor mais baixo dos onze anos em análise. O número de doutores a trabalharem na área da *Saúde e Ação Social* vinha crescendo significativamente desde 2015 atingindo o cume 2019, mas vê essa tendência interromper-se em 2020. Embora os setores da *Educação* e da *Saúde e Ação Social* polarizem a maioria do emprego dos doutores da NOVA, a dispersão por um maior número de setores intensificou-se nas últimas seis coortes, sendo de ressaltar o aumento das *Indústrias de Transformação, Eletricidade, Água, Gás e Construção e Obras Públicas*, mas, fundamentalmente, na coorte de 2019 e 2020, os *Serviços Prestados às Empresas*. Na coorte de 2020, este setor alcança, pela primeira vez, a segunda posição, em troca com o setor da *Saúde e Ação Social*.

### **1.7. Posicionamento dos diplomados face à possibilidade de emigrar**

A partir de 2012, auge da crise económico-financeira, o OBIPNOVA passou também a recolher dados sobre a atitude dos diplomados relativamente à possibilidade de emigrar. Considerou-se que esse indicador refletiria, de forma indireta, a sua perceção acerca da qualidade do mercado de trabalho em Portugal. Concretamente, postulou-se que os graduados tenderiam a manifestar tanto menos intenções de emigrar quanto mais favoravelmente avaliassem as suas oportunidades profissionais em contexto nacional, em comparação com as oportunidades laborais no estrangeiro.

Desde a coorte de 2012, grupo em que a proclamação de desígnios emigratórios atingiu o pico, observou-se uma quebra gradual na afirmação dessas intenções. No entanto, entre licenciados e mestres, volta a sentir-se uma ligeira tendência de aumento na coorte de 2020. Esta tendência é particularmente clara quando comparada com a coorte de 2019, que viu a propensão para a emigração esfriar, em grande parte devido às restrições de mobilidade impostas pela pandemia.

### **1.8. Posicionamento dos diplomados face à escolha do mesmo curso e da mesma escola onde obtiveram o diploma**

Finalmente, considerou-se que a manifestação de intenção de escolha do mesmo curso e do mesmo estabelecimento de ensino funcionariam como indicadores relevantes da avaliação global que os diplomados fazem da sua formação na NOVA. Como se irá constatar adiante, a intenção da escolha do mesmo curso é afirmada pela grande maioria dos diplomados, sendo ainda mais extenso o número daqueles que declaram que escolheriam a mesma escola.

Embora estas avaliações positivas continuem a ser amplamente maioritárias na coorte de 2020, observou-se aí uma quebra em qualquer dos três graus de ensino. O OBIPNOVA irá seguir essa inflexão com atenção nas próximas inquirições, com o propósito de aferir, antes de tudo, se a tendência se manterá, ou se se tratará de uma mera situação pontual. A hipótese fundamental que avançamos é a de que a experiência educativa desta coorte tenha sido especialmente fustigada pelo ensino à distância e pelas limitações inerentes, com reflexo, sobretudo, numa fase final dos cursos. No entanto, não são de descartar outros fatores explicativos. É possível, por exemplo, que, entre os doutorados, a experiência menos favorável de relação com o mercado de trabalho vivida na coorte de 2020 acabe por se refletir em avaliações menos favoráveis. É certo que a questão da “empregabilidade” constitui apenas um dos vários fatores considerados na avaliação global que os diplomados fazem de um curso ou de uma escola, mas é provável que a sua relevância se intensifique aqui uma vez que os inquiridos sabem que se encontram a responder a um questionário sobre a problemática da inserção profissional.

## 2. Licenciados

Os inquéritos levados a cabo pelo OBIPNOVA têm como principal objetivo caracterizar a situação dos diplomados perante a atividade, apurando o número de “empregados”, “desempregados” e “inativos” de cada uma das coortes de graduados da NOVA. Para proceder a essas classificações, seguem-se os critérios e definições utilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Eurostat. A sua correta aplicação obriga a que, em sede de inquirição, todos os indivíduos respondam à mesma pergunta: “Na semana X (semana de referência), trabalhou pelo menos uma hora (trabalho pago)?”. A semana de referência, nos inquéritos do OBIPNOVA, corresponde ao momento exato em que cada inquirido completou um ano após a conclusão do curso.

Na esmagadora maioria das situações, a resposta afirmativa a esta pergunta classifica os indivíduos como “empregados”. Em caso de resposta negativa, os inquiridos são classificados como “desempregados” se, nas três semanas anteriores à “semana de referência”, estavam disponíveis para trabalhar e, simultaneamente, realizaram diligências ativas para procurar emprego. Contrariamente, são classificados como “inativos” se declararem que, nesse mesmo período, não se encontravam disponíveis para trabalhar ou que não desenvolveram esforços para encontrar emprego.

A adoção das classificações oficiais do INE, bem como das suas definições e critérios, permite-nos dispor de classificações objetivas, estáveis e padronizadas para categorizar os indivíduos como “desempregados”, “empregados” e “inativos”, além de nos facultar a possibilidade de cotejar várias coortes ou de comparar os dados da NOVA com outros dados oficiais, nacionais e internacionais. A sua maior limitação reside no facto de tais definições autorizarem a classificação como “empregados” de indivíduos que, na prática, se encontram numa situação bastante precária face ao mercado de trabalho, trabalhando poucas horas por semana e/ou usufruindo de baixas remunerações (ex.: aqueles que realizam apenas biscates). Acreditamos, contudo, que o conjunto de informações suplementares que também apresentaremos — especialmente as referentes ao “Nível de remuneração” e ao “Grau de adequação do emprego ao nível de instrução” — nos permitirá atenuar essa lacuna, facultando-nos um quadro de caracterização global da situação profissional dos diplomados que consideramos bastante detalhado.

## 2.1. Situação perante a atividade dos licenciados

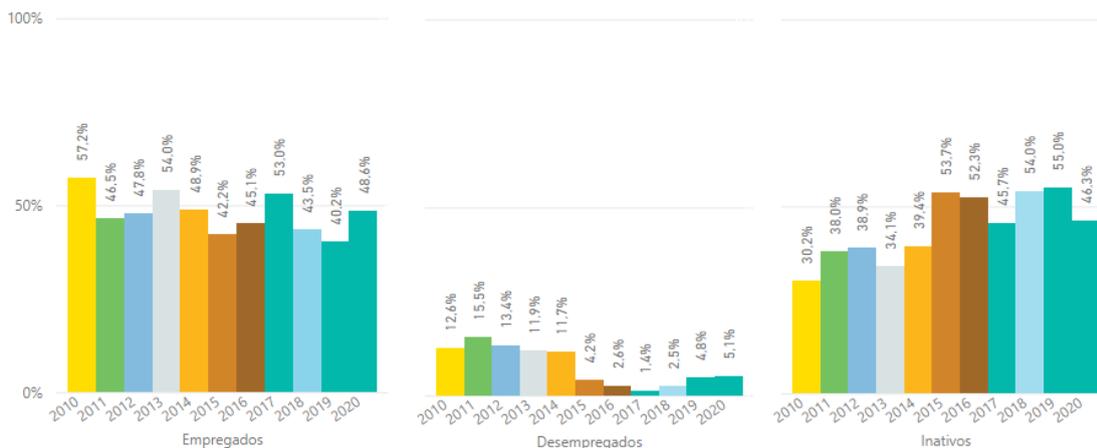


Figura 1. Situação perante a atividade dos licenciados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

Ao comparar os diferentes anos letivos, verifica-se uma queda abrupta na percentagem de empregados da coorte de 2010 para a de 2011, acompanhada por um aumento do número de desempregados, que ascendeu a 15,5% na coorte de 2011. Como era de prever, a coorte de 2011 enfrentou especiais dificuldades de inserção no mercado de trabalho (é importante lembrar que os dados se referem à situação um ano após a conclusão dos cursos, o que coincide, na grande maioria dos casos, com semanas situadas no segundo semestre de 2012).

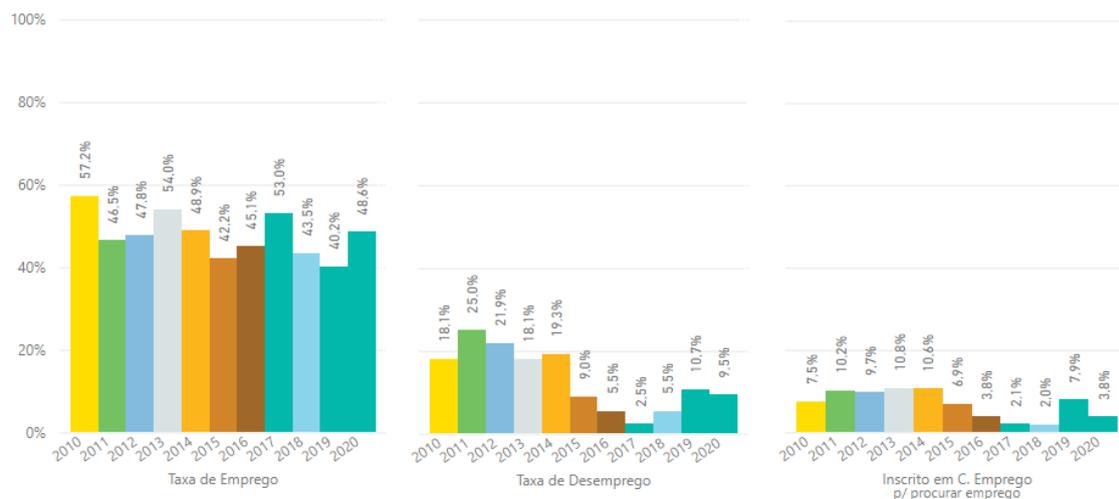
Nas coortes seguintes – 2012, 2013 e 2014 – registou-se uma recuperação na percentagem de empregados, ainda que sem se alcançar os níveis de 2010. A percentagem de desempregados foi, no entanto, consideravelmente menor em qualquer das coortes a partir de 2013 do que em 2010, facto que se ficou a dever, em grande medida, ao aumento do número de inativos. É certo que o aumento da inatividade já era perceptível em 2012, mas, nesse momento, não foi suficiente para impedir o crescimento do desemprego – a conjuntura económica era de tal modo depressiva que, mesmo com esse incremento, o número de indivíduos que sem sucesso procuravam trabalho continuou a crescer. As razões para o crescimento da inatividade serão exploradas mais adiante.

Das onze coortes analisadas, destaca-se, pela positiva, a de 2017 (sendo os dados respeitantes à sua situação em 2018). Graças a uma conjuntura mais favorável, a taxa de desemprego quedou-se no valor inédito de 1,4%, especialmente notável considerando que a percentagem de inativos também recuou. Nas coortes de 2018 e 2019, volvidos doze meses sobre a graduação, houve um recuo dos níveis de emprego para, respetivamente, 43,5% e 40,2%, assim como um crescimento dos valores do desemprego para 2,5% e 4,8%. Este crescimento acentuado da percentagem de desempregados coincide, em ambas as coortes, com uma parcela de mais de metade de indivíduos classificáveis como “inativos”, designadamente, 54% e 55%. Já na coorte mais recente, de 2020, verificou-se uma recuperação da percentagem de empregados, que

subiu para 48,6%. No entanto, a taxa de desemprego também subiu, atingindo 5,1%. O aumento simultâneo destas duas situações coincide com a diminuição acentuada de diplomados “inativos” nesta coorte para 46,3% - cerca de 9% menos do que os registados nas duas coortes anteriores.

Em suma, os indicadores da situação perante a atividade melhoraram nitidamente desde 2015 quando comparados com os do quadriénio anterior (2011-2014), destacando-se as coortes de 2017 e 2020, que beneficiaram de um cenário macroeconómico mais favorável, pelo menos durante o primeiro ano de inserção. Nas coortes de 2018 e 2019 (com dados referentes à sua situação em 2019 e 2020) fica evidente um agravamento dos indicadores referentes à situação perante a atividade, com as taxas de emprego situando-se entre as mais baixas da série, ainda que tal se fique sobretudo a dever às elevadas percentagens de “inativos” – as maiores entre as coortes analisadas - do que a um aumento significativo do desemprego, que permaneceu abaixo dos níveis registados entre 2010 e 2014.

## 2.2. Taxas de Emprego e Desemprego dos licenciados e número de licenciados inscritos em centros de emprego para procurar um emprego



**Figura 2. Taxas de Emprego e Desemprego (calculadas segundo os critérios do INE) e número de inscritos em centros de emprego para procurar um emprego, dos licenciados da NOVA, um ano após a obtenção do grau**

Tendo em conta os dados anteriores, a evolução das “taxas de emprego” e de “desemprego”, patentes na Figura 2, seriam, desde logo, fáceis de prever. A segunda disparou drasticamente da coorte de 2010 para a de 2011, atingindo um pico de 25%, antes de começar a recuar. Nos anos de graduação de 2012, 2013 e 2014 a redução foi claramente impulsionada pelo aumento do número de empregados. A partir de 2015, a queda mais acentuada do desemprego deveu-se também ao crescimento da inatividade.

Merecem particular referência as coortes de 2018 e de 2019, pois vêm interromper a

tendência de redução continua das taxas de desemprego, observada desde o ano de licenciatura de 2011 (com exceção do de 2014), retomada na coorte de 2020.

Ao observar os dados do INE, notamos que o acréscimo da taxa de desemprego entre os licenciados da NOVA da coorte de 2018, um ano após a conclusão da licenciatura, não destoa da tendência nacional. Este crescimento coincide com um ligeiro aumento na taxa de desemprego jovem, no terceiro trimestre de 2019, em comparação com o mesmo período de 2018 (é, justamente, nos terceiros trimestres de cada ano que a grande maioria dos licenciados da NOVA conclui o grau). No panorama nacional, as taxas de desemprego entre indivíduos com o ensino superior aumentaram de 21,0% para 23,4% na faixa etária até aos 24 anos e de 6,3% para 7,0% na faixa 25-34 anos, do terceiro trimestre de 2018 para o terceiro trimestre de 2019. Neste último grupo etário, o desemprego continuou a aumentar no quarto trimestre de 2019, ascendendo a 8,4%.

É importante destacar que esses dados precedem a crise pandémica, cujos efeitos começaram a impactar a coorte de 2019. Esta coorte registou a menor taxa de emprego de todas as analisadas, fixando-se em 40,2%. Simultaneamente, tanto a taxa de desemprego quanto o número de inscritos em Centros de Emprego aumentaram significativamente, quase duplicando e triplicando, respetivamente, face a 2018. Estes valores não atingiam níveis tão altos desde 2014, ressaltando o impacto profundo da pandemia. Com o fim dessa conjuntura, a coorte de 2020 apresentou uma recuperação: a taxa de desemprego recuou para 9,5%, o número de inscritos em Centros de Emprego diminuiu para 3,8% e a taxa de emprego subiu para 48,6%. Já a nível nacional, segundo os dados do INE, a taxa de desemprego registada entre os graduados do ensino superior, com idades até aos 24 anos, aumentou de 23,4% no terceiro trimestre de 2019 para 25,7% no terceiro trimestre de 2020, o mesmo sucedendo na faixa etária 25-34 anos entre esses dois momentos, respetivamente, de 7,0% para 8,7%.

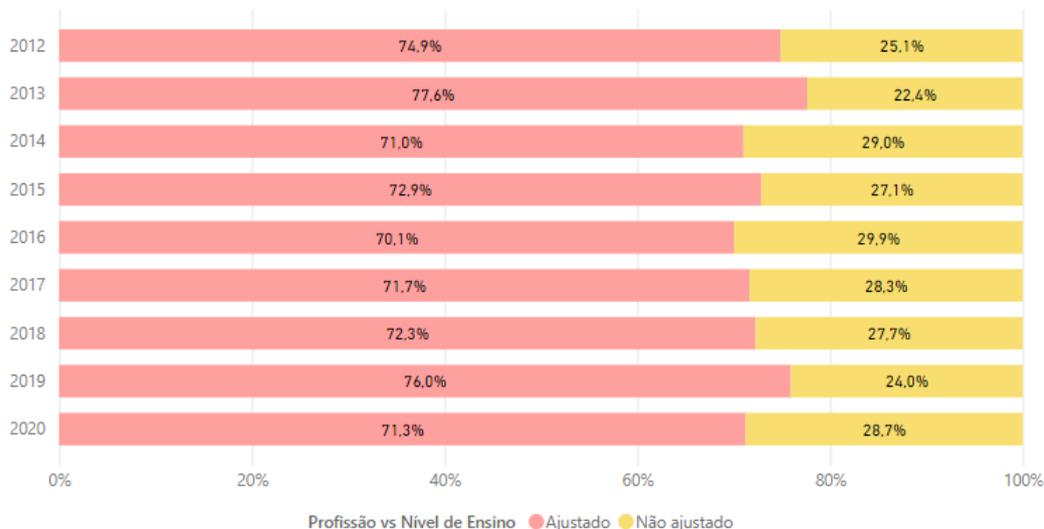
### **2.3. Percentagem de licenciados que prosseguiram estudos**

Sem prejuízo de aprofundamentos ulteriores, é nítido que o aumento da inatividade se deveu, em larga medida, ao número de indivíduos que prosseguiram estudos sem procurar trabalho. Na coorte de 2019, tal como em 2018, a percentagem de licenciados que se encontravam a estudar voltou a ascender, alcançando a fasquia recorde de 70%. A condição de “estudante” era absolutamente predominante entre os inativos, com 88,1% a frequentar cursos sem realizar diligências ativas para encontrar emprego (cf. Figura 3).

Nas duas coortes mais recentes, embora a transição para o 2.º Ciclo continue a ser consideravelmente mais comum do que nas coortes anteriores a 2015, a tendência de crescimento



Contrariamente ao “ajustamento vertical”, os dados referentes ao “ajustamento horizontal” são obtidos a partir de uma autoavaliação dos inquiridos, recorrendo a uma escala de 10 dígitos, onde 1 indica que a atividade profissional é “Totalmente desajustada à área de formação” e 10 significa “Totalmente ajustada”. Estabeleceu-se que uma avaliação idêntica ou superior a 6 exprime que os indivíduos percecionam de forma positiva a correspondência entre a área de formação em que se formaram e o conteúdo do trabalho que realizam.



**Figura 4. Ajustamento entre a atividade profissional e o nível de instrução dos licenciados da NOVA, um ano após a obtenção do grau**

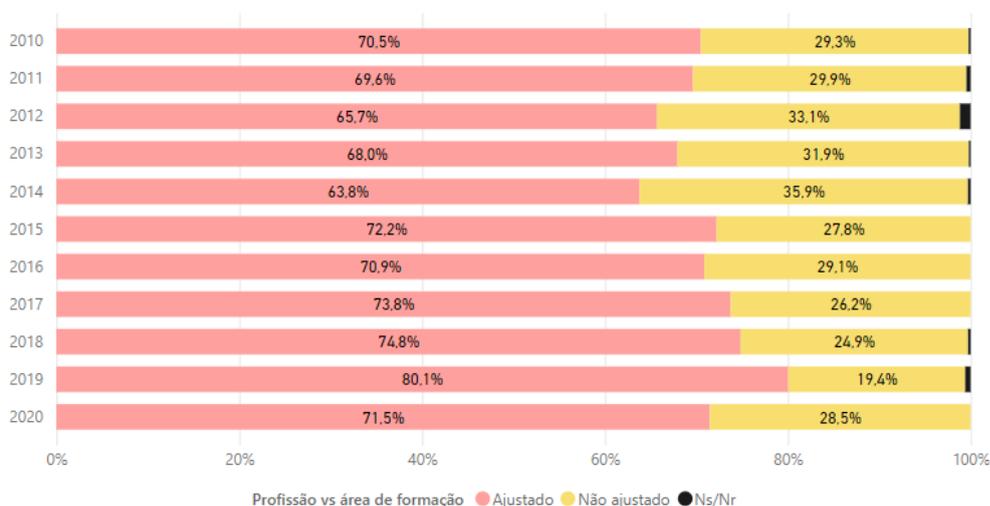
Na coorte de 2020, a convergência entre a atividade profissional dos licenciados e o seu nível de instrução (“ajustamento vertical”) foi de 71,3%. Este valor representa um decréscimo face à coorte precedente, ainda que se aproxime dos valores médios para o total das coortes analisadas, sendo a de 2013 a que, um ano após a graduação, patenteava níveis de ajustamento superiores – 77,6%.

Por sua vez, o grau de “ajustamento horizontal” (Figura 5) também registou uma queda na última coorte em comparação com as anteriores. Veja-se que, após declínios quase contínuos entre as coortes de 2010 (70,5%) e 2014 (63,8%), este ajustamento começou a aproximar-se, dos três quartos do total nas coortes seguintes, ultrapassando essa marca em 2019, quando atingiu um nível de ajustamento de 80,1%.

É relevante verificar que, tanto em 2019 quanto em 2018, a aproximação entre a área do curso e a atividade profissional ocorreu ao mesmo tempo que uma deterioração da situação perante a atividade (Figura 1). Tal não é contraditório: o volume e a qualidade do emprego não têm de coincidir.

Se considerarmos, aliás, que a inatividade e o desemprego podem resultar, em parte, da recusa de trabalhos menos qualificados e/ou distantes da área de formação, o aumento do desemprego e da inatividade tende, por mero efeito estatístico, a elevar os níveis de ajustamento. Esta mesma lógica contribui para explicar o recuo dos níveis de ajustamento na coorte de 2020 - mais licenciados estavam empregados em comparação com a coorte anterior, mas ocupando posições globalmente menos alinhadas com a sua área de formação.

Vale destacar que os maiores níveis de ajustamento coincidem com o período pandémico, possivelmente porque os empregos menos afetados pela crise eram aqueles que possuíam características mais qualificadas.



**Figura 5. Ajustamento declarado entre a atividade profissional e a área científica de formação dos licenciados da NOVA, um ano após a obtenção do grau**

## 2.5. Níveis médios de remuneração líquida dos licenciados

Outro indicador central para se caracterizar o cenário de inserção diz respeito aos níveis remuneratórios (Figura 6). Embora os valores médios devam ser analisados com cautela, pois baseiam-se em declarações dos próprios inquiridos, com todas as limitações inerentes a tal método de apuramento, fornecem indicações razoáveis sobre as tendências evolutivas.

Feita a ressalva, observa-se que as remunerações líquidas registaram uma subida desde 2015, entretanto interrompida na coorte de 2020. Os dados disponibilizados pelo INE<sup>4</sup> mostram que essas tendências de crescimento são convergentes com as observadas a nível nacional para os “Especialistas das Atividades Intelectuais e Científicas” e para os “Técnicos e Profissionais

<sup>4</sup> “Rendimento médio mensal líquido - Série 2011 - € - da população empregada por conta de outrem por Local de Residência, NUTS – 2013, e Profissão; Anual”.

de Nível Intermédio”, grupos profissionais nos quais se inscreve a grande maioria dos licenciados da NOVA. Uma vez que estes valores dizem respeito a remunerações líquidas, essa recuperação pode ser atribuída, em parte, à redução da carga fiscal direta, especialmente da “taxa social única”.

No caso dos jovens licenciados da NOVA, e eventualmente de outras universidades portuguesas, o aumento significativo dos rendimentos médios nas coortes de 2018 e 2019 pode ser explicado seguindo a mesma lógica utilizada acima, para interpretar o aumento dos níveis de ajustamento relacionado com o aumento da inatividade decorrente da pandemia. Ou seja, os empregos persistentes durante esse período eram, tendencialmente, os mais qualificados e os que ofereciam salários mais elevados. Por essa mesma razão, a quebra abrupta nos rendimentos médios entre a coorte de 2019 e de 2020 (- €184) poderá ser atribuída à criação rápida de novas oportunidades de emprego, que, contudo, proporcionavam retornos salariais em média inferiores aos propiciados por aqueles que persistiram durante a pandemia. Essa hipótese é reforçada quando observamos que não houve recuo nos rendimentos quando comparamos a coorte de 2020 (€ 887) com a de 2017 (€ 815), cujo ingresso no mercado de trabalho ocorreu antes da crise pandémica, ao contrário das duas coortes seguintes.



Figura 6. Níveis médios de remuneração líquida dos licenciados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

## 2.6. Natureza jurídica da entidade empregadora dos licenciados

No que diz respeito à natureza jurídica da entidade empregadora (Figura 7), verifica-se que os licenciados de 2020 se encontravam, na sua grande maioria (75,5%), empregados no setor privado. Este setor imperou em qualquer das coortes, embora tenha havido um decréscimo nas

coortes de 2019 e 2020 em comparação com as de 2013 a 2018. A tendência geral aponta claramente para um crescimento do emprego nas empresas privadas e uma quebra do setor público na formação de emprego, com exceção das quatro coortes mais recentes, que registaram um aumento no peso combinado da *Administração Pública* e das *Empresas Públicas ou Mistas*. Entre as coortes de 2017 e 2019, aumentou de 8,0% para 17,1%, o valor mais elevado desde 2011, antes de voltar a cair na coorte de 2020. Essa tendência está em linha com a maior resiliência do emprego público durante a crise provocada pelo Covid-19. O emprego nas *Empresas Públicas ou Mistas*, apesar das oscilações, também mostrou uma tendência de crescimento nas duas últimas coortes, passando a englobar, em 2020, 8,1% dos diplomados empregados, o valor mais elevado desde 2010.

A representatividade das *ONG*, juntamente com as *IPPS* e *Fundações*, foi sempre muito minoritária, apesar de ter aumentado de 1,1% para 3,3% entre as coortes de 2010 e 2013. A partir desse instante e, até 2017, registou-se uma diminuição acentuada, tornando o seu peso residual se (1,1%) nessa última coorte. Em 2018, houve uma ligeira recuperação para 1,9%, que se consolidou em 2019, e que se manteve estável em 2020, situando-se em 2,4%.

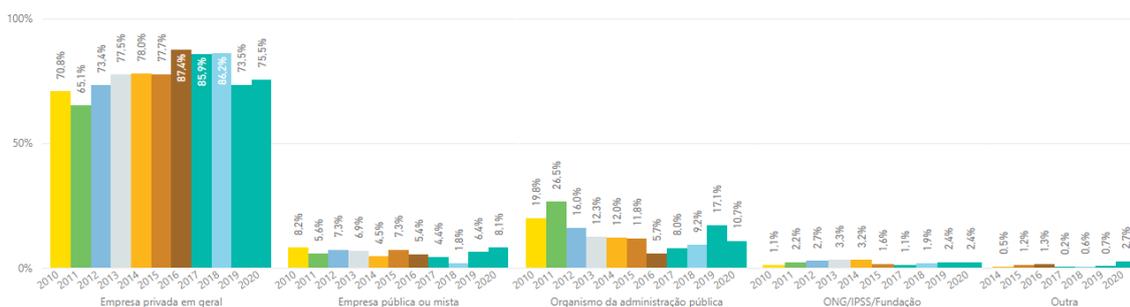


Figura 7. Natureza jurídica da entidade empregadora dos licenciados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

## 2.7. Setores de atividade em que os licenciados exercem a sua profissão

Que relevância assume cada um dos setores de atividade na formação do emprego dos licenciados (Figura 8)? Responder a esta questão ajuda a esclarecer o perfil do emprego tanto nas Empresas Privadas quanto nos Organismos da Administração Pública, nomeadamente o ascendente das primeiras, a que já nos referimos.

Nos setores mais associados à iniciativa privada, verifica-se a proeminência dos *Serviços Prestados às Empresas*, dominante em qualquer dos anos, com exceção de 2015 e 2016, biénio em que foi superado pelo forte crescimento do setor do *Comércio, Restaurantes e Hotéis*. Este último chegou a representar 26,4% dos empregos em 2016, ou seja, um quarto do total, reforçando uma tendência de crescimento que se fazia notar desde o início da década. O crescimento dos

*Serviços Prestados às Empresas e do Comércio, Restaurantes e Hotéis* atingiu o seu máximo junto da coorte de 2017, quando mais de 55% dos licenciados estavam empregados nesses dois setores. Esta tendência, porém, inverteu-se nos últimos três anos (especialmente em 2019), com os índices caindo, respetivamente para 42,7%, 35,6% e 40,7%, sem que esses setores perdessem a sua relevância. A queda mais acentuada em 2019 coincide com o impacto da crise pandémica nas áreas do turismo e da restauração.

O peso do setor da *Banca e dos Seguros* no emprego dos licenciados tem vindo a oscilar ao longo do tempo, contudo, desde 2015, ano em que atingiu o seu valor mais reduzido (6,4%), tem vindo a ampliar a sua importância, chegando a 13,8% entre os licenciados de 2020, o valor mais elevado em toda a série analisada. Já o emprego nos setores das *Comunicações e Transportes e das Indústrias Transformadoras, Eletricidade, Água, Gás e Construção e Obras Públicas* possui sempre uma expressão reduzida e sofre flutuações ao longo do tempo, volatilidade que não permite discernir uma tendência evolutiva clara.

Quanto aos setores com presença forte ou exclusiva do Estado – como os *Organismos da Administração Pública (Central e Local), Saúde e Justiça* – a proporção de empregos diminuiu em 2020, depois de ter aumentado em 2019. Esse padrão é coerente com a maior resistência do setor público durante a recessão provocada pela pandemia, especialmente evidenciada nos dados da coorte de 2019. Por fim, destaca-se a recuperação do setor da *Educação* desde a coorte de 2016: se, nesse ano, empregava apenas 5,6% dos diplomados, em 2020 representava 14,8% do total.

Setor de atividade	Coorte 2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	
Serviços prestados às empresas	38,8%	158	34,1%	116	28,0%	154	30,2%	193	34,7%	217	21,4%	87	22,3%	115	33,1%	208	26,2%	135	20,5%	89	23,4%	112	
Comércio, restaurantes e hotéis	2,0%	66	1,1%	78	1,7%	64	1,6%	106	1,1%	114	34,7%	100	26,4%	137	22,5%	142	15,5%	85	15,1%	65	17,3%	83	
Educação	5,9%	93	3,7%	66	1,2%	84	1,0%	102	1,3%	96	2,2%	50	5,6%	29	8,4%	53	8,4%	44	10,9%	47	4,8%	71	
Bancos e seguros	2,8%	70	8,6%	42	8,2%	45	8,8%	56	6,4%	40	9,2%	37	2,0%	62	2,6%	79	3,3%	69	8,5%	37	3,8%	66	
Serviços artísticos e culturais	8,3%	45	9,7%	47	10,5%	58	5,1%	33	7,3%	46	5,7%	23	4,3%	22	5,6%	35	6,0%	31	10,1%	44	5,5%	26	
Transportes e comunicações	3,7%	21	7,8%	37	8,6%	47	8,6%	55	3,9%	25	5,2%	21	9,2%	47	5,0%	31	6,6%	34	3,5%	15	6,4%	31	
Administração Pública, central e local	6,6%	36	5,5%	27	5,1%	28	2,7%	17	2,9%	18	3,0%	12	2,8%	15	2,6%	16	1,3%	7	5,7%	25	3,7%	18	
Indústrias transf., eletr., água, gás e construção e obras públicas	3,3%	18	2,3%	11	2,1%	11	4,0%	25	2,7%	17	2,4%	10	1,9%	10	3,7%	23	6,2%	32	6,5%	28	3,3%	16	
Saúde e ação social	2,8%	15	3,3%	16	2,7%	15	3,8%	24	1,9%	12	4,7%	19	3,1%	16	2,8%	18	2,5%	13	3,0%	13	3,3%	16	
Justiça	2,2%	12	3,0%	14	2,3%	13	1,4%	9	2,6%	16	6,1%	25	1,9%	10	1,6%	10	4,5%	23	7,2%	31	2,7%	13	
Outra situação																							
Ns/Nr	0,8%	4	2,6%	13	2,2%	12	1,0%	6	1,6%	10	0,8%	3	2,4%	12			0,6%	3				1,9%	9
Organismos internac. e outras Instituições extraterritoriais	0,3%	2	1,2%	6	1,1%	6	0,6%	4	1,1%	7	2,0%	8	1,4%	7	1,1%	7	0,9%	5	1,9%	8			
Agricultura, pesca e indústrias extrativas	1,1%	6	0,6%	3	0,6%	3	1,0%	7	1,1%	7			1,8%	9	0,3%	2	0,9%	5	2,2%	10	1,0%	5	
Defesa Nacional	0,5%	3	1,5%	7	1,8%	10	0,2%	1	0,3%	2									0,8%	3	0,3%	1	
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>549</b>	<b>100,0%</b>	<b>484</b>	<b>100,0%</b>	<b>549</b>	<b>100,0%</b>	<b>639</b>	<b>100,0%</b>	<b>627</b>	<b>100,0%</b>	<b>407</b>	<b>100,0%</b>	<b>518</b>	<b>100,0%</b>	<b>628</b>	<b>100,0%</b>	<b>517</b>	<b>100,0%</b>	<b>433</b>	<b>100,0%</b>	<b>481</b>	

Figura 8. Setores de atividade em que os licenciados da NOVA exercem a sua profissão, um ano após a obtenção do grau

## 2.8. Situação dos licenciados na sua profissão

A análise da Figura 9 revela, por seu turno, a contínua predominância dos licenciados que trabalhavam “por conta de outrem”, em comparação com aqueles que declaravam trabalhar “por conta própria”. Os primeiros registam o seu valor mais elevado na coorte de 2017, momento em que atingem a fasquia dos 95,8%, seguidos de perto pela coorte de 2019, com 95,6%. Na coorte de 2020,

embora o trabalho por conta própria continue reduzido, verificou-se um dos valores mais altos da série (10,2%), superado apenas pelas coortes de 2013 (11,0%) e 2015 (14,1%).

Uma possível explicação o número limitado de trabalhadores “por conta própria”, pode estar relacionada com o facto de a opção voluntária por esta modalidade de trabalho – seja “autoemprego” ou a “constituição de empresas unipessoais” (nomeadamente *startups*) – continuar a ser minoritária e circunscrita a determinados cursos ou áreas de formação específicas. Em muitos casos, o trabalho por conta própria é assumido como uma alternativa reativa, isto é, como resposta à dificuldade de se encontrar trabalho “por conta de outrem”.

Se é certo que não dispomos de dados que nos permitam sustentar rigorosamente essa hipótese, os dados sobre iniciativas “empreendedoras” dos diplomados da NOVA na coorte de 2014 (os únicos recolhidos pelo OBIPNOVA sobre o tema) indicam que o número de iniciativas geralmente classificadas como “empreendedoras” foi minoritário entre os licenciados, o mesmo sucedendo com os mestres e os doutorados. Até ao momento da resposta ao inquérito, apenas 11,5% dos licenciados de 2014 se haviam envolvido na “criação de uma nova empresa ou negócio”; 9,0% na “criação de um produto ou serviço que originou uma nova empresa ou negócio”; 2,9 % na “abertura de novo consultório ou escritório”, e 10,1% na “manutenção de uma empresa ou negócio familiar já existente”. É fundamental acrescentar que estes diferentes tipos de iniciativas foram, na sua maioria, protagonizados pelos mesmos indivíduos, já que a resposta permitia escolha múltipla.

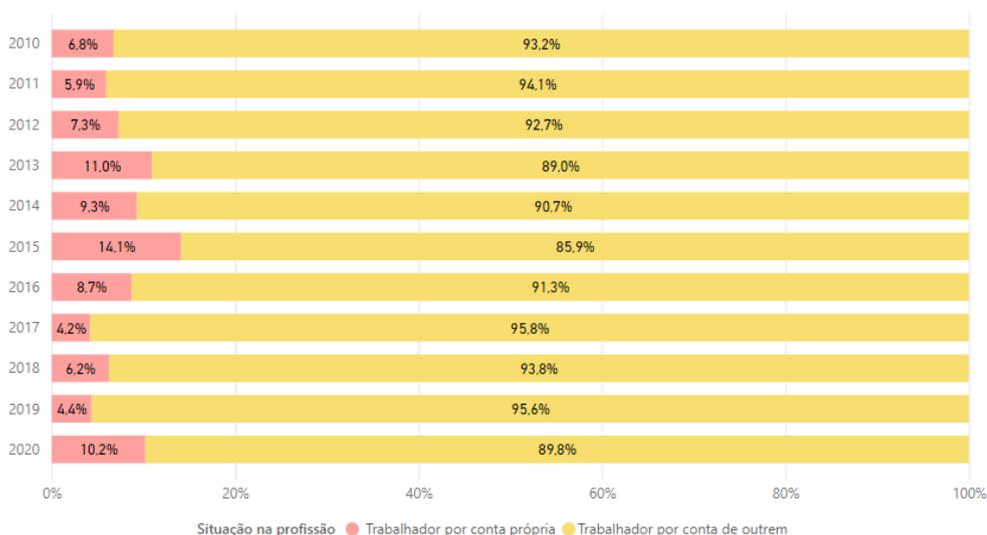


Figura 9. Situação dos licenciados da NOVA na sua profissão, um ano após a obtenção do grau

## 2.9. Posicionamento dos licenciados face à possibilidade de emigrar

A recolha de dados acerca da temática emigratória principiou apenas na inquirição de 2012, não se dispondo de informações para anos anteriores.

Um indicador da melhoria da perceção dos licenciados relativamente ao cenário de emprego, encontra-se patente no grau de intensidade com que estes encaravam a possibilidade de trabalhar no estrangeiro (Figura 10). Na coorte de 2012, mais de 40% dos diplomados viam essa possibilidade como “provável” ou afixavam “já ter planos para emigrar nos próximos cinco anos”. Esse percentual, entretanto, foi-se reduzindo para metade na coorte de 2019. Se é certo que especificamente neste ano a retração das intenções emigratórias se ficou a dever às fortes restrições à mobilidade e à perceção de que a situação de emprego se havia degradado na generalidade dos países, tornando a emigração uma opção menos atrativa, é também certo que as intenções emigratórias são bastante menores nas coortes mais recentes do que as registadas de 2012 a 2014, momento em que atingiram o seu auge. Apesar disso, na coorte de 2020, volvido o cenário pandémico, a intenção de emigrar cresce e tange, no somatório entre “aqueles que têm a probabilidade de emigrar como provável” e os que “já têm planos para esse efeito”, 27%, o valor mais elevado desde a coorte de 2014.

O aumento da percentagem dos indivíduos “já emigrantes” nas coortes de 2019 e 2020 fica a dever-se ao facto de se ter passado a acrescentar na inquirição do OBIPNOVA a possibilidade de preenchimento do questionário *online*, sempre que a entrevista telefónica não era possível, o que naturalmente se traduziu na possibilidade de inquirir mais diplomados que não se encontravam em Portugal. O aumento do número de emigrantes em 2020 (9,8%) deveu-se, portanto, mais a essa circunstância do que a qualquer alteração substantiva, passando a aproximar-se mais do número real do que nas coortes anteriores.

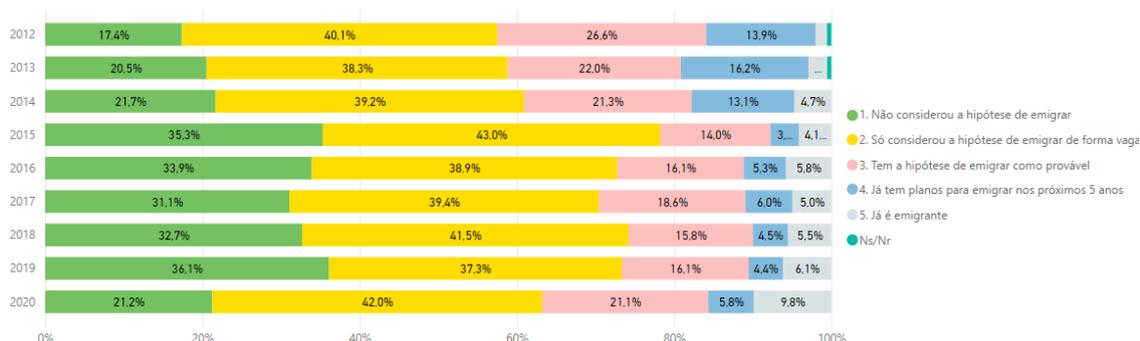


Figura 10. Posicionamento dos licenciados da NOVA (apenas os de nacionalidade portuguesa), no momento em que foram inquiridos, face à possibilidade de emigrar

## 2.10. Percentagens de licenciados que voltariam a escolher o mesmo ciclo de estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino

Para concluir este périplo sintético pela situação de emprego dos licenciados, importa lembrar que, com limites, os inquéritos OBIPNOVA permitem aferir, retrospectivamente, o grau de satisfação dos diplomados, quer com o curso, quer com a Unidade Orgânica em que se formaram, assumindo-se que a escolha do mesmo curso e estabelecimento indica uma avaliação positiva.

Com base nessa informação, é possível observar, na Figura 11, que a maioria dos diplomados manifesta uma avaliação positiva do ciclo de estudos em que se graduaram, independentemente da coorte. Contudo, em 2020, esse nível de satisfação atingiu um mínimo de 73,6%, depois de nas cinco coortes anteriores ter suplantado os 80%.

O declínio nos níveis de ajustamento ao nível de instrução (Figura 4) e à área de formação (Figura 5), bem como a queda nos rendimentos médios em comparação com 2018 e 2019, podem ajudar a explicar este fenómeno. Além disso, é importante considerar que os diplomados de 2020 concluíram os seus cursos em circunstâncias atípicas e extremamente adversas, marcadas pelo isolamento e pelo ensino à distância.

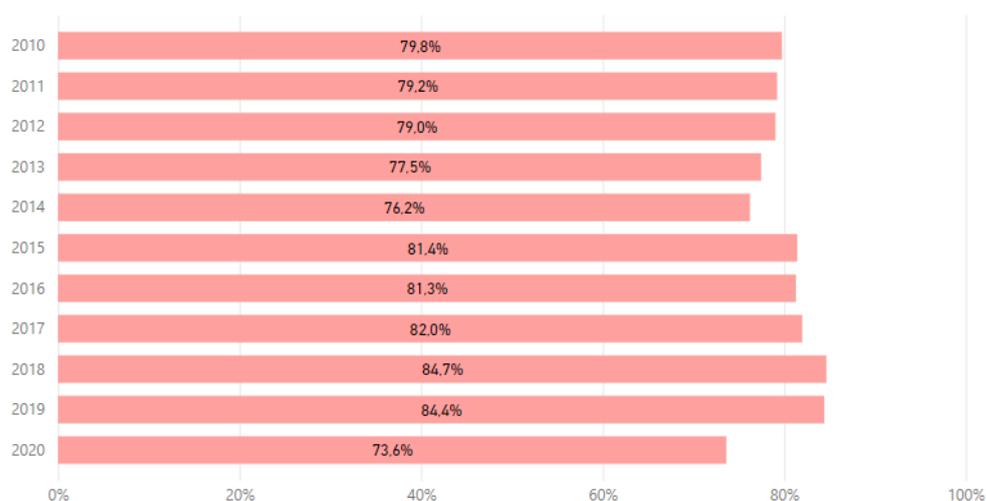


Figura 11. Percentagem de licenciados da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos

Na Figura 12, constata-se que a relação dos licenciados com o estabelecimento de ensino é ainda mais satisfatória. Em qualquer das coortes, o grupo de inquiridos que afirma que escolheria o mesmo estabelecimento de ensino é igual ou superior a 87,9% (que foi o valor mais baixo, registado na coorte de 2011), ultrapassando os 90% nas coortes de 2012, 2014, 2015, 2017 e 2018.



**Figura 12. Percentagem de licenciados da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino**

Em jeito de adenda, e antes de nos atermos na situação dos mestres, importa ressaltar que os dados apresentados nas figuras 11 e 12 têm limitações enquanto indicadores de avaliação do curso e da escola. Se a resposta afirmativa indica um indubitável balanço positivo, a resposta negativa não traduz necessariamente uma avaliação desfavorável; pode apenas significar que outros cursos ou estabelecimentos, nacionais ou estrangeiros, mereceriam a preferência dos diplomados, sem que isso signifique uma perceção negativa da escola e do curso que frequentaram. Esta constatação reforça ainda mais a apreciação favorável que os diplomados manifestam relativamente à sua formação.

## 3. Mestres

### 3.1. Situação perante a atividade dos mestres

Até à coorte de 2016, a evolução da situação dos mestres perante o trabalho foi semelhante à dos licenciados, mas com resultados significativamente mais favoráveis, sobretudo no que concerne à percentagem de empregados. A maior divergência em relação aos primeiros teve lugar na coorte de 2018, quando a percentagem de empregados entre os mestres atingiu o valor ímpar de 92%, enquanto entre os licenciados não ia além de 43,5%. Vale destacar que os mestres já haviam superado a marca dos 90% em 2017. Em 2017 e 2018, a proporção de empregados supera mesmo os níveis de 2010.

Confirmando esta tendência, o desemprego baixou para percentagens inferiores a 2% em ambas as coortes. Além disso, a percentagem de inativos em 2017 e 2018 aproximou-se dos valores anteriores a 2015, interrompendo o aumento excepcional e abrupto da inatividade verificado em 2015 e 2016. Os valores apurados, muito em especial os de 2017 e 2018, refletem, no fundo, de forma enfática, a recuperação após o “período de resgate”, quando a crise económico-financeira se acentuou (Figura 13).

Na coorte de 2019, porém, a situação volta a deteriorar-se, particularmente em comparação com as duas coortes anteriores. Entre os mestres que concluíram a sua formação em 2019, a proporção de empregados reduziu-se para 76,7%, e a percentagem de desempregados aumentou de forma significativa, alcançando 9,4%, o valor mais elevado de todas as coortes analisadas (2010-2020), apesar do número de inativos também ter subido para 13,9%. Note-se, uma vez mais, que esta situação diz respeito à situação em que os mestres de 2019 se encontravam em 2020, durante a profunda recessão associado à crise pandémica.

Já na coorte de 2020, a situação dos novos mestres no mercado de trabalho retomou a tendência de melhoria observada anteriormente. Houve um aumento na proporção de empregados, que passou a ser de 86,3%, acompanhado por um recuo concomitante das situações de desemprego (2,3%) e de inatividade (11,4%).

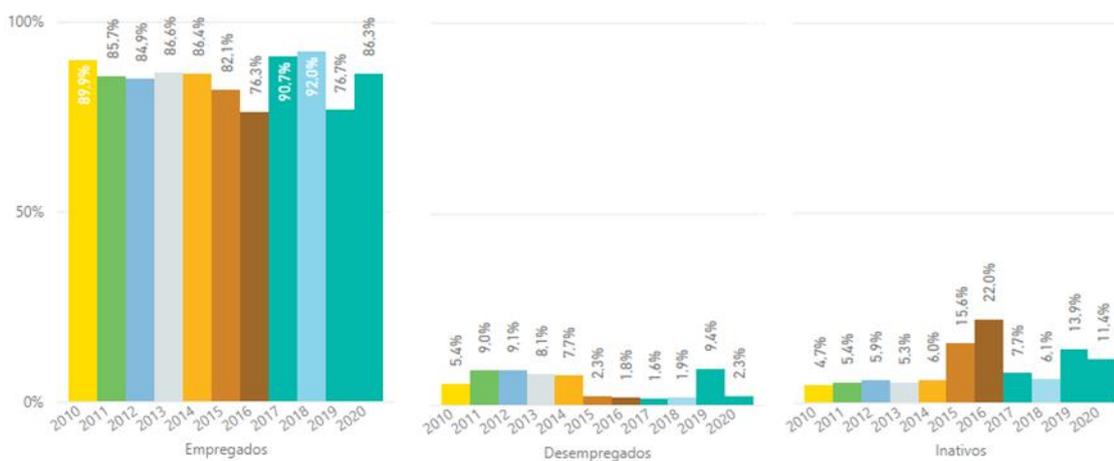


Figura 13. Situação perante a atividade dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

### 3.2. Percentagem de mestres que prosseguiram estudos

Como se pode observar na Figura 14, a percentagem de indivíduos que, após concluir o mestrado, prosseguiram estudos – seja em outras licenciaturas, pós-graduações, ou doutoramentos – foi particularmente elevada nas coortes de 2015 e 2016, rondando os 17%. Desde então tem-se mantido, com pequenas oscilações, em torno dos 14%.

A evolução do número de estudantes entre os inativos merece um especial comentário. Sobre esta é possível discernir três fases: uma primeira, até 2014, em que apenas entre um quarto e um quinto dos inativos prosseguiram estudos; uma segunda, a partir de 2015, em que o número de mestres que continuavam a estudar foi aumentando, aproximando-se de metade do total, e ultrapassando essa marca em 2018, quando atingiu o cume de 52,1%; e uma terceira, em 2019 e 2020, caracterizada por uma redução expressiva para 30,6% e 10,7%, respetivamente, com o último valor a ser o mais reduzido em toda a série de dados. Esta quebra deverá ser acompanhada nos próximos anos e analisada com mais profundidade.

Apesar dessa redução, o seu reflexo na percentagem global de estudantes não foi acentuado, em parte porque a população inativa é claramente minoritária, e também porque a percentagem de estudantes não diminuiu entre os “empregados” e os “desempregados”. Por outro lado, as flutuações na percentagem de estudantes entre os desempregados são pronunciadas, mas não apresentam uma tendência clara e são difíceis de interpretar sem dados adicionais. Talvez seja relevante observar — embora, por ora, sem possibilidade de uma análise aprofundada — que o aumento no número de estudantes entre os desempregados coincide com anos em que a taxa de desemprego entre os mestres foi especialmente baixa.

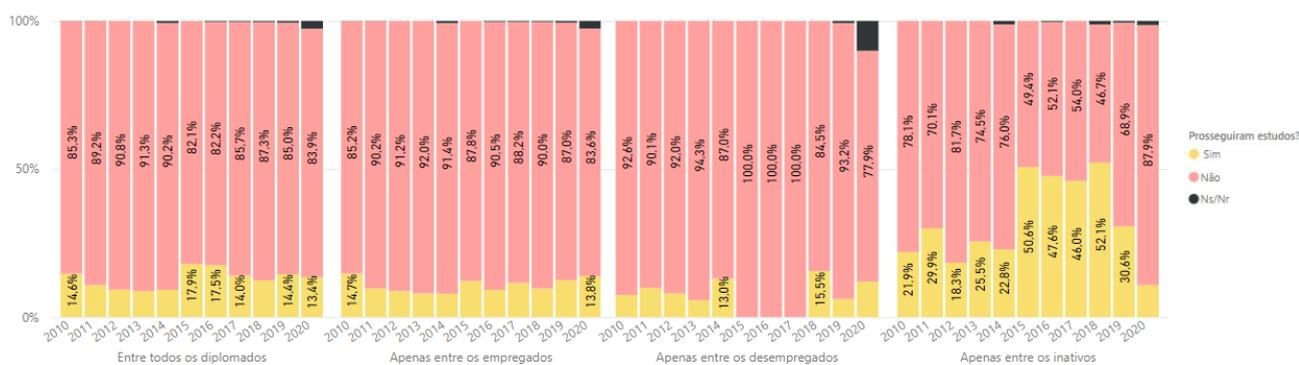


Figura 14. Percentagem de mestres da NOVA que prosseguiram estudos noutra licenciatura, pós-graduação, mestrado ou doutoramento

### 3.3. Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de mestres

Procurando aferir-se agora o peso que as bolsas de investigação, mestrado ou de doutoramento assumiam ao longo de todo o período, há a destacar dois dados essenciais (Figura 15). O primeiro é o de que as coortes de 2014, 2016 e 2020 foram marcadas por uma quebra notória das bolsas atribuídas, tanto em valores percentuais quanto absolutos. O segundo é o de que nenhum ano igualou a percentagem de bolseiros de 2010, momento em que beneficiavam de bolsas de investigação, mestrado ou de doutoramento 14,4% da totalidade dos mestres. Isto não significa que o número de bolsas não tenha aumentado, simplesmente não acompanhou o crescimento do número de mestres, que se amplificou a um ritmo muito superior. Já em 2020, não obstante o número de indivíduos que concluíram o mestrado na NOVA, a parcela que usufruía de bolsas de investigação, mestrado ou de doutoramento diminuiu para menos de metade comparativamente a 2019.

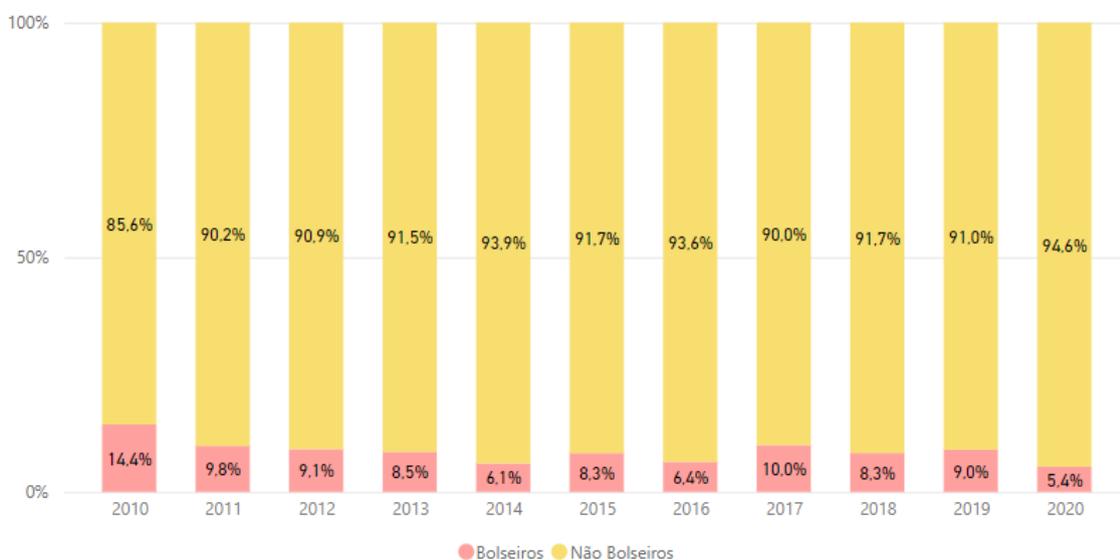


Figura 15. Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de mestres

### **3.4. Taxas de Emprego e Desemprego dos mestres e número de mestres inscritos em centros de emprego para procurar um emprego**

Tendo em mente os dados que reportámos acerca da situação perante a atividade, é sem surpresa que deparamos com quatro momentos bem distintos no que diz respeito às taxas de emprego e de desemprego (Figura 16). Num primeiro (2011-2014), marcado pela crise económica e financeira, as taxas de desemprego elevam-se acompanhadas por um grande aumento da percentagem dos mestres que um ano após a obtenção do diploma se encontravam inscritos nos Centros de Emprego – o valor destes últimos atingiu um pico de 13,8% entre os diplomados de 2012.

O segundo período, iniciado em 2015, foi pautado por uma recuperação acentuada, com uma redução de cerca de três quartos, tanto nas taxas de desemprego, quanto na percentagem de indivíduos inscritos em Centros de Emprego. Essa recuperação foi abruptamente interrompida pela fase da crise pandémica, que afetou a coorte de 2019. Nessa, a taxa de desemprego subiu para 10,9%, o valor mais elevado de toda a série, embora o número de inscritos como desempregados em Centros de Emprego não tenha diferido significativamente dos valores das coortes de 2017 e 2018.

O momento final, representada nos indicadores da coorte de 2020, mostra uma retoma da tendência positiva verificada nos anos anteriores à crise pandémica, que se consubstancia no aumento da taxa de emprego até 86,3%, no recuo da de desemprego para 2,6% e na diminuição da percentagem de inscritos em Centros de emprego para 2,4%.

A observação das taxas de emprego revela ainda outra tendência, esta apenas relativa ao período 2015-2018. Nos primeiros dois anos desse quadriénio, a taxa de emprego atingiu os valores mais baixos da década (82,1% em 2015 e 72,3% em 2016). Em contraste, em 2017 e 2018, os valores subiram para os níveis mais elevados (90,7% em 2017 e 92% em 2018). Ora, esta situação evidencia bem que, nas coortes de 2015 e 2016, a redução do desemprego se encontrava fortemente relacionada com o aumento da inatividade, ao passo que nas de 2017 e 2018 a redução do desemprego foi já impulsionada pelo crescimento do número de indivíduos empregados.

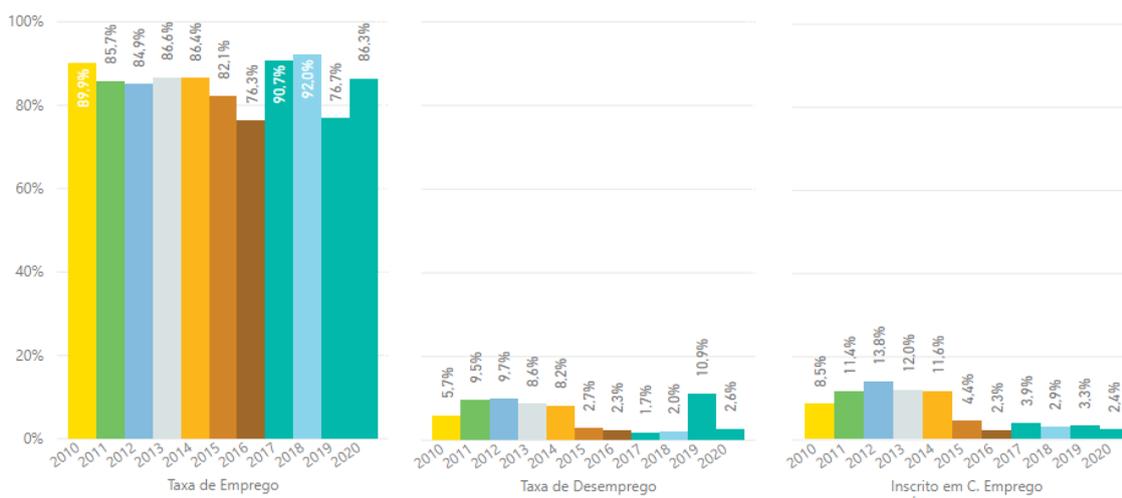


Figura 16. Taxas de Emprego e Desemprego (calculadas segundo os critérios do INE) e número de inscritos em centros de emprego para procurar um emprego, dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

### 3.5. Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos mestres

A análise dos níveis de “ajustamento vertical” (Figura 17) e “horizontal” (Figura 18), para a determinação dos quais se adotaram os mesmos procedimentos utilizados para os licenciados, suscita-nos uma leitura favorável. Embora seja frequente escutar-se que a melhoria nos indicadores de emprego entre diplomados seria justificada por uma degradação da qualidade do mesmo, tudo indica que tal não ocorre, pelo menos no caso dos mestres da NOVA. Os níveis de ajustamento vertical, que se mantiveram elevados ao longo da década, aumentaram ligeiramente na última coorte em comparação com a anterior, e de forma mais pronunciada em relação às coortes de 2012 e 2013. Em 2020, 95,9% dos mestres encontravam-se numa situação que pode ser classificada como de “ajustamento vertical”.

No que diz respeito ao “ajustamento horizontal”, também se observa uma tendência de melhoria, apesar de alguns recuos ao longo do tempo, especialmente na última coorte. A percentagem de indivíduos que consideravam a sua atividade profissional alinhada com a área científica de formação aproximava-se dos 88% nas coortes de 2017 e 2018, superando os 92% em 2019. Tal situação, como referido no caso dos licenciados, está possivelmente associada ao aumento significativo da inatividade registado nesse ano: se o volume e a qualidade das ofertas de emprego se mantiverem estáveis, a redução no número de diplomados empregados terá um efeito positivo nas taxas de ajustamento horizontal, já que é razoável presumir que aqueles cuja inserção no mercado de trabalho é menos vantajosa tendem a permanecer inativos por mais tempo.

Por esta mesma razão, o aumento das ofertas de emprego verificado em 2020 terá sido, em grande medida, responsável pela redução significativa do “ajustamento horizontal”

verificado nessa coorte, que caiu para 83,1%, o mais baixo do último quinquénio. Ainda assim, este nível de ajustamento está acima da média verificada nas cinco primeiras coortes da década.



Figura 17. Ajustamento entre a atividade profissional e o nível de instrução dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

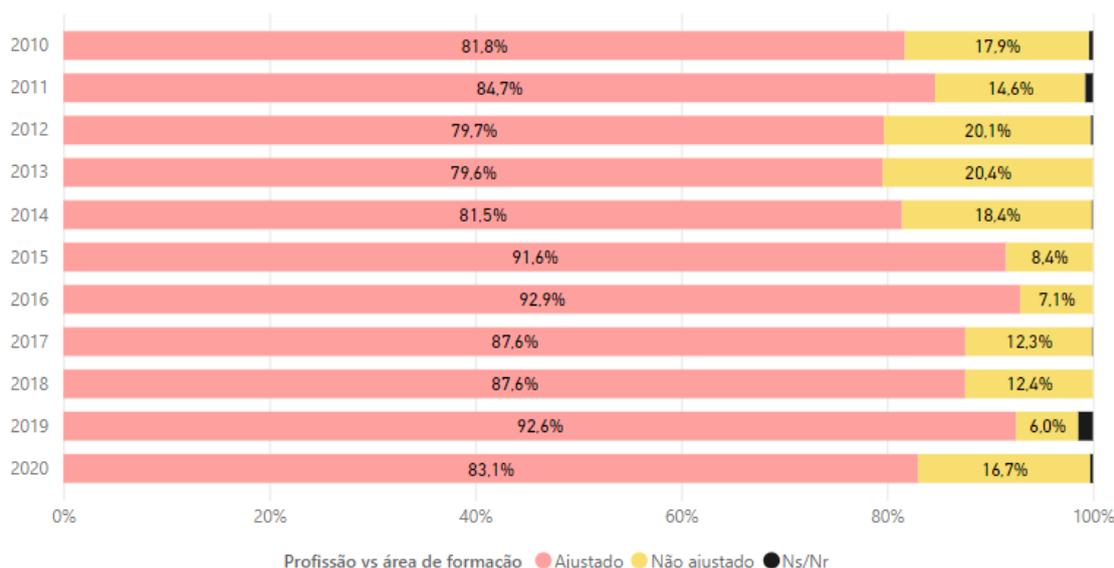


Figura 18. Ajustamento declarado entre a atividade profissional e a área científica de formação dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

### 3.6. Níveis médios de remuneração líquida dos mestres

Na linha da advertência que havíamos produzido a propósito dos licenciados, importa reforçar que os dados relativos ao rendimento mensal são especialmente delicados de obter. Os inquiridos não têm muitas vezes presente o valor exato do seu rendimento mensal líquido (o qual é também variável)

e, em alguns casos, mostram reserva em declará-lo com exatidão. Não é, portanto, adequado fazer conjecturas a partir da comparação de valores muito próximos, sendo mais apropriado destacar apenas as principais tendências evolutivas.

O facto de os rendimentos médios declarados nas coortes de 2015 e 2019 serem superiores aos de qualquer outra, torna-se difícil de interpretar. A hipótese que avançamos é a de também ele está parcialmente relacionado com a elevada taxa de inatividade registada nestes anos. Se são os indivíduos que se deparam com ofertas de trabalho caracterizadas por piores remunerações quem terá mais tendência a adiar a entrada no mercado de trabalho, então o aumento da inatividade repercutir-se-á igualmente no aumento das remunerações médias. Em 2020, justamente com a diminuição da parcela de inativos, as remunerações médias voltam a recuar.

Tendo essas considerações em mente, pode-se afirmar que a melhoria tendencial observada após 2014 resulta também da redução da carga fiscal direta, combinada com o aumento de alguns salários. O rendimento médio líquido, que se havia contraído, aproximando-se dos 1000 euros na coorte de 2014, recuperou nos anos seguintes, de tal forma que, em 2019, as remunerações médias líquidas ultrapassavam em 274 euros os valores de 2014. Mesmo com a redução em 2020, esses rendimentos ainda superavam os de 2014 em 200 euros.

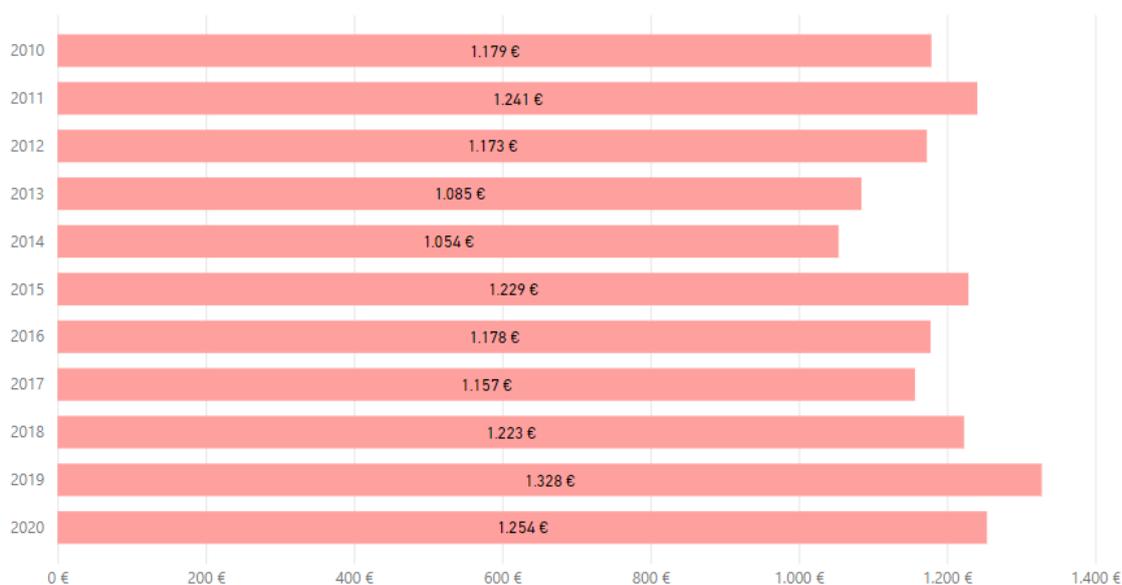


Figura 19. Níveis médios de remuneração líquida dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

### 3.7. Natureza jurídica da entidade empregadora dos mestres

À semelhança, do que acontece entre os licenciados, mas no caso dos mestres de forma contínua e inapelável, verifica-se uma perda constante de importância do setor público enquanto empregador (Figura 20). Como se pode observar, a *Administração Pública*, em conjunto com as

*Empresas Públicas e Mistas*, era responsável pelos postos de trabalho de mais de metade dos diplomados que obtiveram os diplomas em 2010 (51%), mas, na coorte de 2020, a soma desses dois setores abarca menos de um quarto do emprego total (22,7%).

Contrariamente, o crescimento do setor privado é permanente: se já era responsável pela maioria dos empregos na coorte de 2012, na de 2020 atinge a percentagem mais elevada, passando a acolher 74,5% dos diplomados.

A categoria composta por *ONG, IPSS e Fundações* apresenta flutuações ao longo do período, com o seu peso relativo a oscilar entre manutenção e redução. Em 2020, essa categoria atingiu 1,1%, um valor ligeiramente superior ao das duas coortes anteriores, mas inferior ao observado em todas as outras, permanecendo sempre residual.

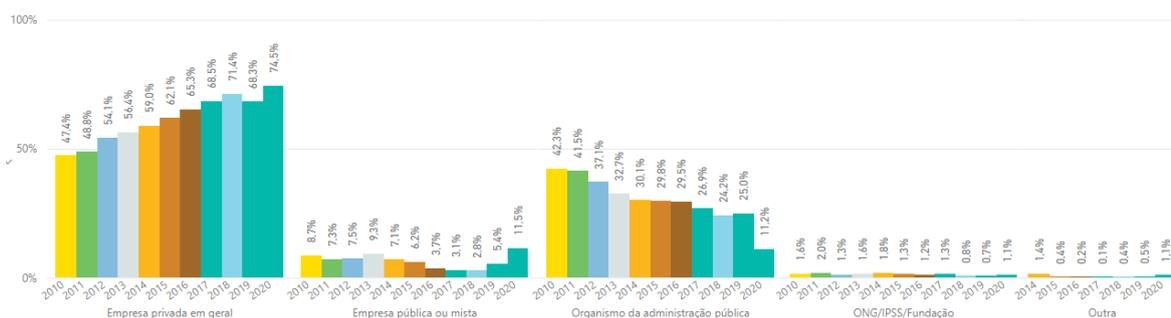


Figura 20. Natureza jurídica da entidade empregadora dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

### 3.8. Situação dos mestres na sua profissão

No que respeita à situação na profissão, o cenário dos mestres não difere do dos licenciados, exceto por apresentar uma ainda maior preponderância de "trabalhadores por conta de outrem" (Figura 21). Ao longo dos onze anos analisados, essa proporção oscilou entre um mínimo de 94,1% em 2012 e um máximo de 97% em 2018. Em 2020, o valor pouco se alterou em relação a esse máximo e foi igual ao da coorte anterior, fixando-se em 96,4%.

É interessante notar que, em contraponto com o aumento das iniciativas promotoras do empreendedorismo e do autoemprego, a proporção de trabalhadores "por conta própria" não só não tem aumentado, como atingiu os níveis mais baixos nas últimas coortes analisadas.

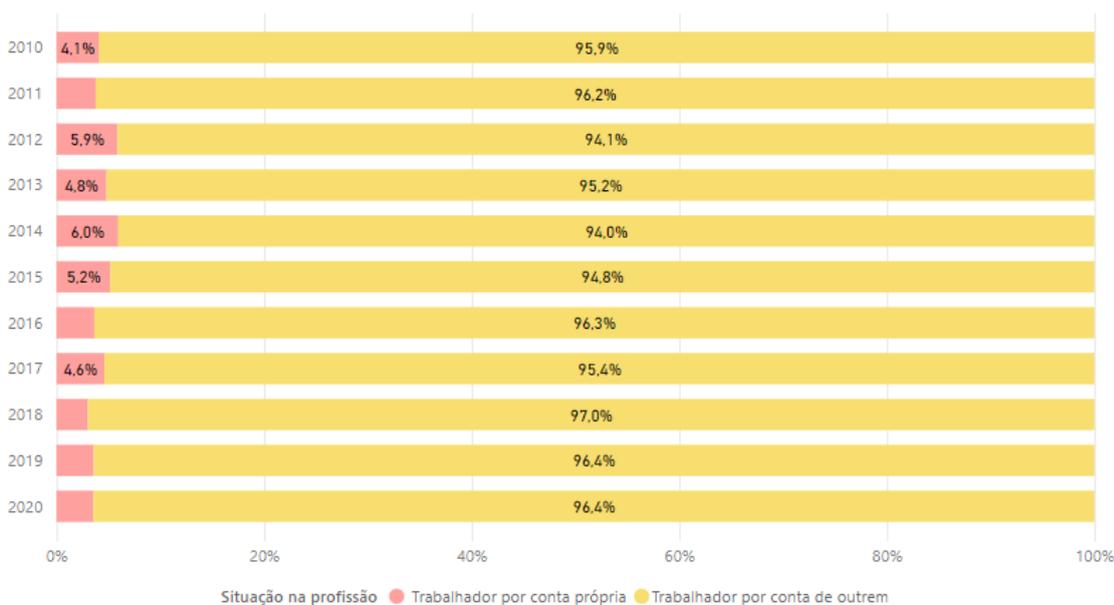


Figura 21. Situação dos mestres da NOVA na sua profissão, um ano após a obtenção do grau

### 3.9. Setores de atividade em que os mestres exercem a sua profissão

Se procurarmos avaliar a distribuição dos mestres pelos diversos setores de atividade (Figura 22), importa começar por sublinhar que a sua situação se distingue radicalmente da que testemunhámos junto dos licenciados, ficando essa diferença a dever-se tanto à elevação do grau de educação quanto à natureza dos cursos realizados – é preciso não esquecer que fazem aqui a sua aparição os diplomados dos mestrados integrados das Ciências Médicas e das Engenharias.

O sector dos *Serviços Prestados às Empresas* foi sempre dominante ao longo do tempo, com exceção do longínquo ano de 2010, quando o setor da *Educação* ainda prevalecia, e de 2015, momento em que foi ultrapassado pelo da *Saúde e Ação Social*. No entanto, a partir de 2016, o peso do setor dos *Serviços Prestados às Empresas* voltou a assumir um ascendente claro, correspondendo, em 2020, a 37% do total de mestres empregados.

A *Banca e os Seguros*, que haviam registado uma expansão notável em 2015 e 2016, sofrem um recuo nas duas coortes seguintes, mas volta a crescer a partir daí, representando, na coorte mais recente, uma parcela de 18,5% do total de emprego. Já a área do *Comércio, Restaurantes e Hotéis* nunca assumiu um peso relevante entre os mestres, ao contrário do que sucedeu entre os licenciados. O seu pico foi em 2015, com 6%. Em 2020, representava 5,5% do emprego total — mais do que o dobro do valor observado em 2019, reflexo direto da interrupção dos serviços turísticos e de restauração ocorrida neste último ano.

Por seu turno, dois setores estreitamente ligados ao Estado – o da *Educação* e o dos *Serviços*

*Artísticos e Culturais* – vêm suportando perdas percentuais. De ambos, a *Educação* é o que sofreu o maior declínio, com uma queda acentuada da coorte de 2010 para a de 2011, retração que prossegue depois, de modo mais brando, para se voltar a intensificar na coorte de 2018. O setor, que era o principal empregador em 2010 (com 27% do total), caiu para o quarto lugar a partir de 2016 e, em 2020, representava apenas 6,6% do emprego dos mestres da NOVA. Mas, no contexto do emprego público, em nenhum outro setor o declínio se torna tão notório quanto no da *Administração Pública (Central e Local)*. Se este setor estatal chegou a representar 8,1% em 2011, não ia já além de 1,4% em 2020.

Os demais setores oscilaram ao longo da década sem que se note uma tendência clara de aumento ou recuo. Merece destaque, pela sua importância, a *Saúde e Ação Social*, que se irá posicionar, estável, no segundo lugar, desde 2012 até 2019, acolhendo cerca de 20% dos mestres empregados. Em 2020, o peso deste setor recua para 14,2%, o que o torna no terceiro setor de atividade mais frequente entre os mestres desta coorte, enquanto a *Banca e Seguros* assume a segunda posição e o setor dos *Serviços Prestados às Empresas* permanece, como se referiu, na posição cimeira.

Considerando apenas o ano de 2020 em comparação com 2019, observa-se um aumento na importância, tanto relativa quanto absoluta, dos setores dos *Serviços Prestados às Empresas* e, sobretudo, da *Banca e Seguros*, ambos setores predominantemente privados. Em contrapartida, houve uma redução no peso dos setores da *Saúde e Ação Social*, *Educação* e *Justiça*, que são sobretudo públicos.

Setor de atividade	Coorte 2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Serviços prestados às empresas	19,5%	224	18,9%	272	20,6%	333	22,3%	327	28,3%	399	18,6%	283	19,9%	327	28,3%	512	34,8%	705	33,8%	581	27,0%	575
Saúde e ação social	17,5%	201	18,5%	253	20,0%	295	20,1%	294	18,8%	274	20,8%	316	19,2%	287	18,5%	335	19,5%	394	19,5%	335	14,2%	221
Educação	27,0%	310	19,6%	268	18,0%	264	5,8%	232	2,3%	170	1,9%	181	2,2%	182	1,3%	205	7,5%	152	8,5%	146	6,6%	102
Indústrias transf., eletr., água, gás e construção e obras públicas	12,0%	138	15,2%	209	1,6%	171	11,2%	164	9,2%	127	10,0%	153	4,2%	211	5,6%	282	1,8%	239	1,5%	199	5,2%	81
Bancos e seguros	5,7%	66	5,0%	69	3,0%	45	5,3%	78	5,0%	69	11,7%	177	10,2%	153	8,8%	159	7,0%	142	10,3%	178	15,5%	288
Comércio, restaurantes e hotéis	2,6%	29	2,6%	35	4,6%	67	6,5%	96	6,0%	83	6,0%	91	5,0%	75	4,5%	81	3,9%	79	2,4%	41	5,5%	85
Administração Pública, central e local	4,8%	56	8,1%	111	5,4%	80	4,9%	72	7,5%	104	5,8%	88	6,0%	90	2,4%	43	1,9%	39	1,6%	27	1,4%	21
Transportes e comunicações	3,5%	40	3,6%	49	4,8%	70	4,0%	59	3,2%	45	3,8%	58	4,1%	62	3,7%	68	2,8%	57	2,8%	49	3,9%	61
Serviços artísticos e culturais	3,7%	42	2,7%	36	3,8%	56	4,3%	63	4,1%	57	2,7%	41	2,0%	30	2,5%	45	2,2%	45	2,4%	41	2,2%	34
Justiça	2,0%	23	1,5%	21	2,5%	37	2,2%	32	1,6%	22	2,2%	33	0,8%	12	2,3%	42	2,3%	47	1,3%	23	1,0%	15
Outra situação																						
Agricultura, pesca e indústrias extrativas	0,5%	5	0,7%	10	0,6%	9	0,9%	13	0,6%	8	1,9%	29	1,6%	24	0,7%	12	0,7%	14	0,8%	13	0,8%	13
Defesa Nacional	0,5%	6	1,4%	19	0,9%	13	1,4%	21	0,4%	6	0,2%	4	0,5%	8	0,3%	6	1,2%	25	0,1%	2	0,3%	4
Organismos intermac. e outras Instituições extraterritoriais	0,4%	5	0,5%	7	0,3%	4	0,2%	4	1,0%	14	0,8%	12	1,0%	16	0,5%	9	0,2%	5	0,4%	7	0,4%	7
Ns/Nr	0,2%	3	0,7%	10	1,9%	29	0,8%	11	0,5%	7	0,3%	4	0,4%	6	0,1%	2	0,1%	2			0,9%	14
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.149</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.370</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.472</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.465</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.384</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.521</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.492</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.811</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.026</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.721</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.554</b>

Figura 22. Setores de atividade em que os mestres da NOVA exercem a sua profissão, um ano após a obtenção do grau

### 3.10. Posicionamento dos mestres face à possibilidade de emigrar

Consideremos agora os dados respeitantes ao posicionamento dos mestres face à possibilidade de emigrar (Figura 23).

Desde logo, constata-se que a coorte de 2012, marcada pela crise económica e financeira, é aquela em que as intenções emigratórias se tornam mais fortes - apenas um quarto dos indivíduos

(24,4%) afirmava “não ter considerado a hipótese de emigrar”, embora menos de um terço (31,1%) manifestasse essa vontade de forma muito concreta (ou “por já terem emigrado”, ou “por verem essa possibilidade como muito provável”, ou ainda “por ter planos para emigrar nos próximos 5 anos”).

A intenção emigratória vai depois decaindo, progressivamente, até ao ano de formatura de 2016, quando o número de pessoas que já tinham emigrado ou demonstravam vontade ou planos concretos de sair do país não ultrapassava os 13,4%.

Entre as coortes de 2017 e 2020, com exceção da de 2019 (devido às restrições à mobilidade então em vigor), descortina-se novamente um progressivo aumento das intenções emigratórias, embora inferior ao registado no triénio 2012-2014. Em 2020, as intenções emigratórias, expressas no somatório entre aqueles que “tinham planos para emigrar nos próximos 5 anos” (4,7%) e os que “viam a possibilidade de emigrar como muito provável” (15%), aproximava-se muito dos valores observados em 2014. O acréscimo das intenções de emigrar verificado nesta última coorte inclui certamente o aumento da perceção de que a situação profissional pessoal poderia melhorar com uma saída de Portugal. No entanto, não tem de se limitar a esse fator. As motivações sair do país podem ser variadas, incluindo a mobilidade de familiares (por exemplo, o/a cônjuge), ou razões extralaborais, como o desejo de obter novas experiências, viajar, estudar no estrangeiro, entre outros.

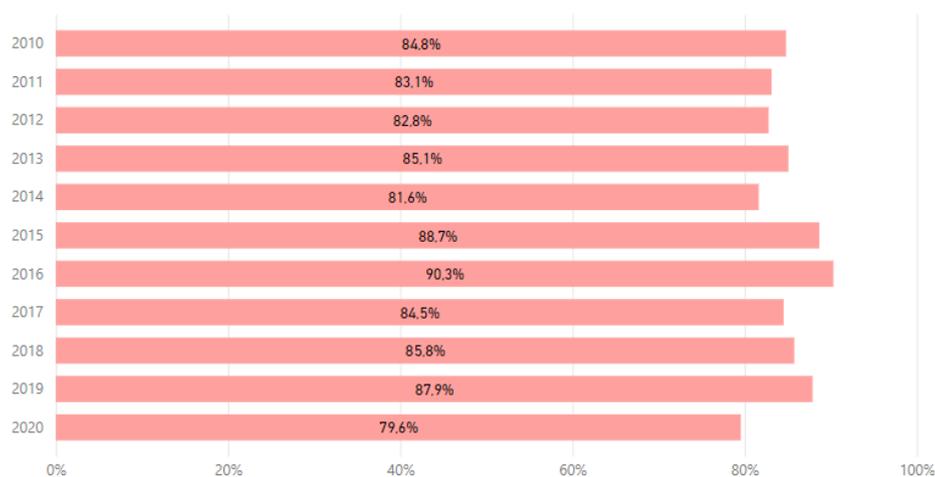


Figura 23. Posicionamento dos mestres da NOVA (apenas de nacionalidade portuguesa), no momento em que foram inquiridos, face à possibilidade de emigrar

### 3.11. Percentagem de mestres que voltariam a escolher o mesmo ciclo de estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino

Por fim, as declarações de que se escolheria o mesmo ciclo de estudos (Figura 24) e a mesma escola (Figura 25) são também muito elevadas entre mestres, superando inclusive as expressas pelos licenciados. À semelhança do que ocorre com os diplomados do 1.º ciclo, as avaliações globais dos cursos entre os diplomados de 2.º ciclo caíram significativamente na coorte de 2020. Essa queda pode estar relacionada, embora não necessariamente de forma exclusiva, com o contexto adverso em que estes diplomados, enquanto alunos, realizaram parte das suas formações, marcado pelas contingências do ensino à distância e pelo afastamento social.

A parcela de diplomados que reeditariam a escolha do curso em que se graduaram abeira-se ou supera os 85% em sete das onze coortes analisadas. Já a intenção de escolher o mesmo estabelecimento de ensino foi consistentemente superior a 90% em todas as coortes. Destaca-se a de 2016, que registou valores particularmente elevados: nesse ano, a intenção de escolha do mesmo curso ultrapassou os 90%, e a preferência pelo mesmo estabelecimento atingiu uns impressionantes 95,8%. Ou seja, apenas menos do que um indivíduo em vinte não escolheria a mesma Faculdade/Instituto.



**Figura 24. Percentagem de mestres da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos**



**Figura 25. Percentagem de mestres da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino**

## 4. Doutores

### 4.1. Situação perante a atividade dos doutorados

A situação dos doutorados perante a atividade apresenta diferenças significativas em relação à dos mestres e consideráveis disparidades face à dos licenciados. A mais relevante diz respeito à percentagem de inativos. Com efeito, contrariamente ao observado nos dois níveis de ensino anteriores, a parcela de inativos é sempre reduzida e não mostra uma tendência clara de crescimento. Entre as coortes de 2010 e 2014, aumenta de 2,7% até 7,2%, sendo este último o valor mais alto registado. Nas coortes seguintes o número de doutorados inativos recuou, alcançando 2,8% em 2019, praticamente igualando o valor de 2010, que foi o mais baixo da série. Contudo, na última coorte em análise, a de 2020, o número de inativos voltou a subir, atingindo 6,4%, o segundo mais elevado da década analisada.

A coorte de 2012 foi a que, ao fim de um ano, apresentava mais dificuldades, com um número de desempregados a atingir a fasquia dos 9,1%, e de inativos a situar-se na casa dos 6,3%. O cenário manteve-se, com níveis elevados, quer de desemprego, quer de inatividade, em 2013 e 2014. Já a partir de 2015, ele melhorou de forma nítida, com a percentagem de empregados a ultrapassar os 90%, tanto nesse ano como nos seguintes. Comparativamente à coorte de 2019, a de 2020 registou uma menor proporção de indivíduos empregados, juntamente com um acréscimo de indivíduos em situação de desemprego (3,9%) e de inatividade (6,4%). Essa deterioração, numa situação que é globalmente positiva, só poderá ser devidamente avaliada com dados suplementares, mas poderá estar associada à redução do número de doutorados que dispunham de bolsas de investigação ou de pós-doutoramento, como sugerem os dados da Figura 28.

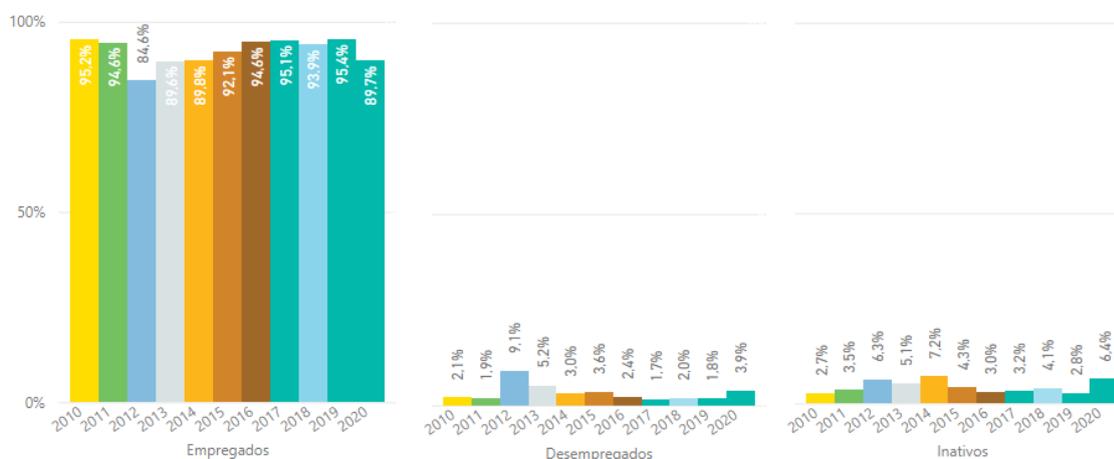


Figura 26. Situação perante a atividade dos diplomados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

## 4.2. Percentagem de doutorados que prosseguiram estudos

No que diz respeito ao prosseguimento de estudos, a percentagem de doutorados que afirmavam continuar a estudar sempre teve uma expressão assinalável, pelo menos desde 2010, chegando a representar, em algumas coortes, um quarto do total. Na realidade, este valor foi mesmo ultrapassado em 2012. A esmagadora maioria desses doutorados que continuavam a estudar realizava pós-doutoramentos, situação que alguns consideravam ambivalente, por combinar estudo e trabalho.

Apenas em 2016, 2019, 2020 e, de forma residual, em 2012, deparamos com indivíduos desempregados que continuavam a estudar, e só em 2014 e 2019 com inativos-estudantes.

Quanto à coorte de 2020, a nossa hipótese é que tanto a redução do número de estudantes entre o total de doutorados quanto o aumento de estudantes entre os doutorados desempregados se devem a uma diminuição das bolsas de pós-doutoramento, conforme sugerem os dados apresentados no ponto seguinte.



Figura 27. Percentagem de doutorados da NOVA que prosseguiram estudos

## 4.3. Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de doutorados

Se observarmos agora a importância que as bolsas de investigação e de pós-doutoramento adquiriam na formação do emprego dos doutorados, verificamos que embora significativa, essa importância diminuiu na última coorte para 8,3% (Figura 28). No entanto, o aspeto que mais importa salientar foi que a proporção de doutorados com bolsas nas últimas cinco coortes (2016, 2017, 2018, 2019 e 2020) foi menor do que nas seis mais coortes recuadas (2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015). A tendência foi, portanto, de decréscimo, com interrupções da curva descendente em 2012, 2017 e em 2019. Na coorte de 2020 a percentagem de doutorados com bolsas voltou a cair, o que pode ter contribuído, como vimos sugerindo, para o aumento do desemprego e da inatividade.

Para o incremento extraordinário das bolsas que se verificou, especificamente, na coorte de 2017 é bem provável que tenha contribuído a não abertura nesse ano de concursos para a atribuição de Bolsas de Pós-Doutoramento pela FCT, de tal forma que estas transitaram para o ano seguinte (importa aqui lembrar que nos reportamos à situação de todas as coortes um ano após a sua graduação, pelo que a situação da coorte de 2017 diz respeito ao ano de 2018). Ou seja, o aumento verificado na coorte de 2017 resulta essencialmente do contraste com o ano de 2016; não inaugura uma nova tendência de aumento real do número de bolsas facultadas aos diplomados da NOVA. Basta notar que o número efetivo de bolsas atribuídas em 2017 foi claramente inferior ao observado em qualquer dos anos entre 2010 e 2013.

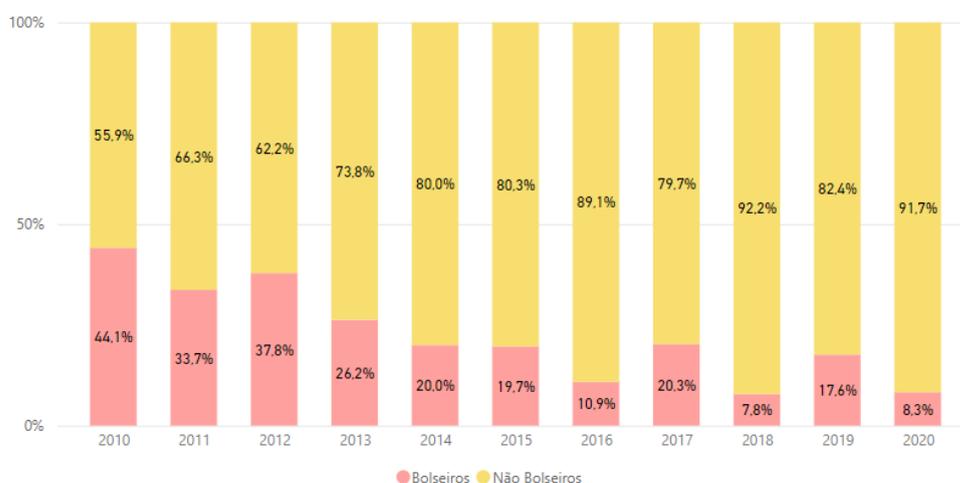


Figura 28. Proporção de bolsiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de doutorados da NOVA

#### 4.4. Taxas de Emprego e Desemprego dos doutorados e número de doutorados inscritos em centros de emprego para procurar um emprego

Os dados anteriores permitiam antecipar as taxas de emprego e desemprego com que deparamos na Figura 29. Na coorte mais recente, de 2020, a taxa de emprego ficou abaixo de 90%, enquanto a de desemprego atingiu os 4,1%, valor que só não foi superior porque também a inatividade se elevou. Além disso, a percentagem de indivíduos dessa coorte que se encontravam inscritos em Centros de Emprego para procurar trabalho atinge os 10,2%, o valor mais elevado de todas as coortes analisadas.

Considerando conjuntamente todos os indicadores, só a coorte de 2012, com a taxa de emprego a situar-se em 84,6% e a de desemprego a tanger os 10%, pareceu experienciar uma situação mais problemática no que concerne à “situação perante a atividade” do que a de 2020.

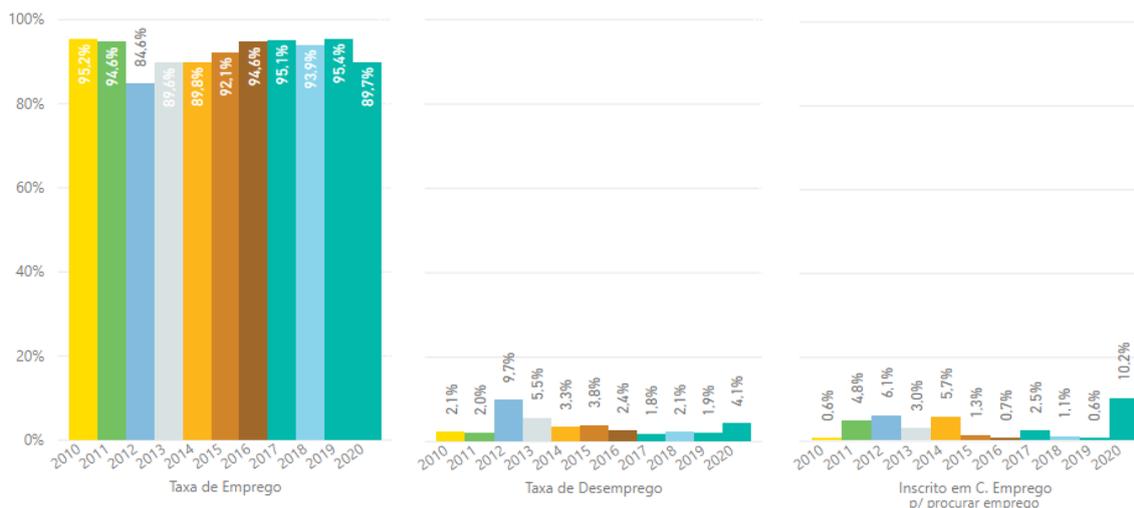


Figura 29. Taxas de Emprego e Desemprego (calculadas segundo os critérios do INE) e número de inscritos em centros de emprego para procurar um emprego, dos doutorados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

#### 4.5. Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos doutorados

Os níveis de “ajustamento vertical” (Figura 30) e de “ajustamento horizontal” (Figura 31) mantiveram-se bastante elevados em 2020 (respetivamente 96,3% e 83,6%). No entanto, também estes indicadores sofreram alguma deterioração se os comparamos com os das coortes anteriores, em especial com as cinco últimas.

Em linha com o que foi referido para os mestres, sugerimos que os avanços e recuos no “ajustamento horizontal” estarão relacionados com oscilações na parcela de inativos. Veja-se que os valores particularmente elevados registados nas coortes de 2012 e 2015 podem refletir, em larga medida, o aumento da inatividade observado nesses anos. Com efeito, conforme vimos sustentando, cremos que serão os indivíduos que se encontram numa situação laboral claramente inferior às suas expetativas os mais propensos a suspender ou a adiar a sua inscrição no mercado de trabalho. Apenas na coorte de 2020, o aumento da inatividade e do desemprego não parecem coincidir com uma melhoria nos níveis de ajustamento.

Quando analisamos simultaneamente os indicadores das “taxas de atividade” e dos “níveis de ajustamento”, tudo indica que, em 2020, se intensificou o desajuste entre a procura e a oferta de emprego para doutorados no mercado de trabalho. Esse fenómeno deve ser cotejado com os dados nacionais e monitorizado nas próximas inquirições.

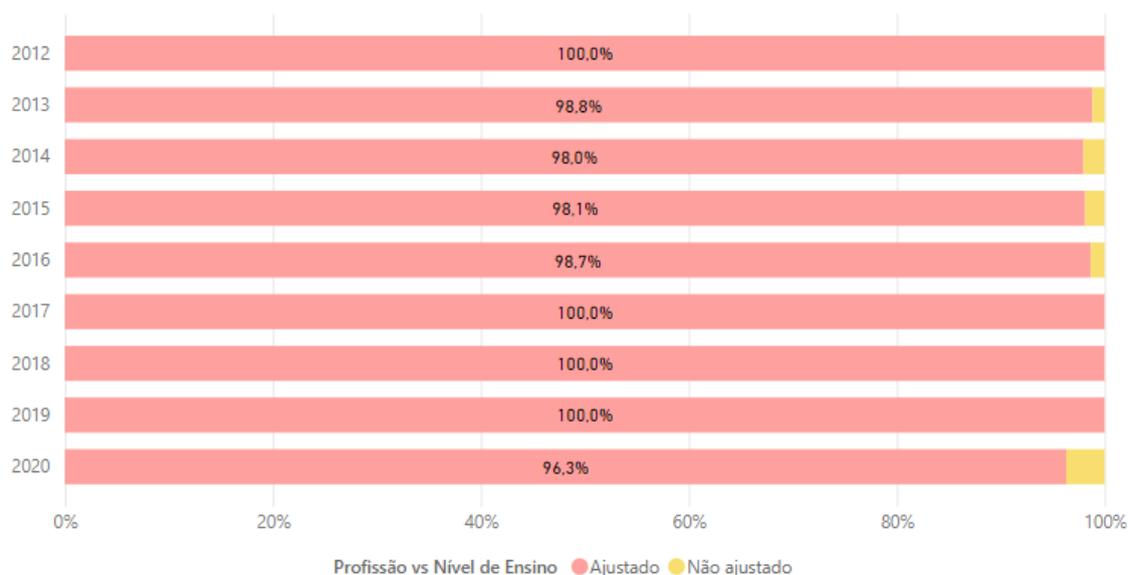


Figura 30. Ajustamento entre a atividade profissional e o nível de instrução dos doutorados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

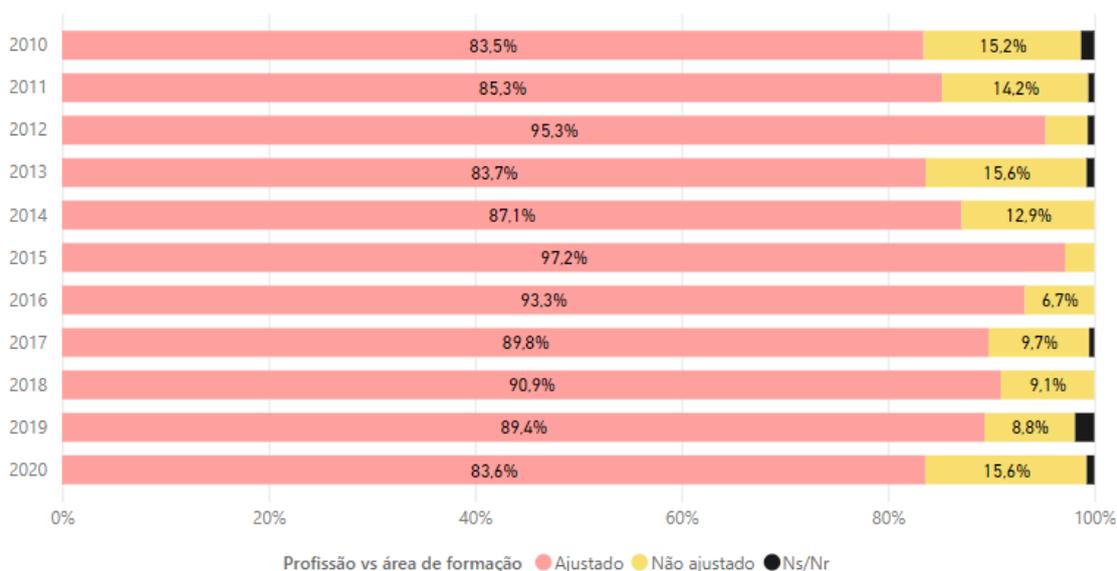


Figura 31. Ajustamento declarado entre a atividade profissional e a área científica de formação dos doutorados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

#### 4.6. Níveis médios de remuneração líquida dos doutorados

Inversamente ao que sucede com os licenciados e mestres, os níveis de rendimento médio dos doutorados aparentam uma considerável estabilidade ao longo do tempo (Figura 32), a ponto de os rendimentos líquidos em 2010 serem idênticos aos de 2020. Tal representa uma queda significativa em termos de salário real. O aumento súbito e assinalável das remunerações médias na coorte de 2015, “normalizado” em baixa na coorte imediatamente a seguir, ter-se-á ficado a dever a um forte crescimento de doutorados da área da *Saúde*, setor com remunerações comparativamente mais elevadas.

Outro ponto fundamental a salientar é, sem dúvida, que as médias remuneratórias dos doutorados foram sempre muito superiores às observadas nos dois níveis de formação anteriores. Em 2020, essas remunerações eram 420 euros mais altas dos que as dos mestres e 787 euros superiores às dos licenciados. Essa diferença pode ser explicada não apenas pela predominância de determinadas atividades entre os indivíduos com doutoramento – como as profissões médicas e a carreira docente universitária –, mas também pelas médias etárias dos doutorados, que em todas as coortes superam os 40 anos, ao passo que os mestres têm uma média etária de até 28 anos e os licenciados de 24 anos. Obviamente, a média etária encontra-se associada ao tempo de permanência no mercado de trabalho, repercutindo-se, por conseguinte, nos patamares remuneratórios alcançados.

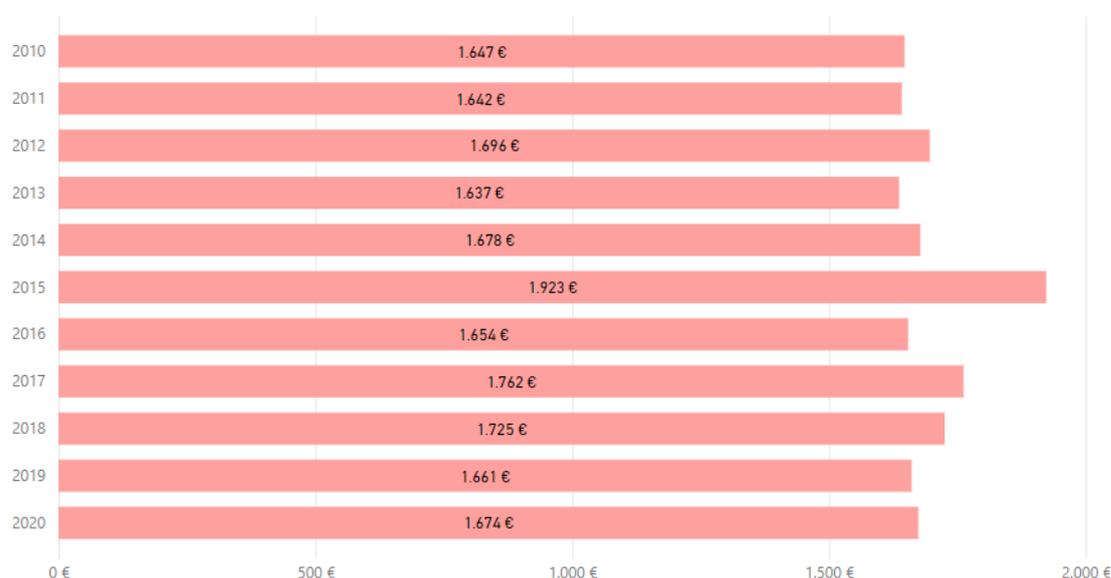


Figura 32. Níveis médios de remuneração líquida dos doutorados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

#### 4.7. Natureza jurídica da entidade empregadora dos doutorados

Focalizando agora a atenção na natureza jurídica das entidades onde os doutorados exercem a sua atividade (Figura 33), constatamos, de imediato, que o peso do emprego no Estado é bastante superior àquele com que deparamos junto dos mestres e licenciados. No entanto, o padrão evolutivo é semelhante, com um aumento claro, embora com flutuações, do emprego em empresas privadas – em 2020, a percentagem de empregados nessas entidades situava-se em 30,9%, ao passo que em 2010 não ultrapassava os 14,6%.

Paralelamente, a percentagem de indivíduos empregados no setor público vai-se pouco a pouco estreitando. Embora em 2017 e 2018 o peso dos *Organismos da Administração Pública* tenha aumentado (mantendo-se, porém, bem longe dos valores alcançados até à coorte de 2013), voltou a

cair de forma significativa em 2020, atingindo um mínimo de 40,5%.

Ao contrário do que se observa entre os licenciados e mestres, o emprego nas *ONG*, *IPSS* e *Fundações* atingiu valores significativos entre os doutorados, com 6,7% em 2018 e 5,8% em 2020. É possível que a transição de algumas entidades do ensino superior público para o regime fundacional, incluindo a própria NOVA, tenha tido algum impacto na importância assumida por este setor.

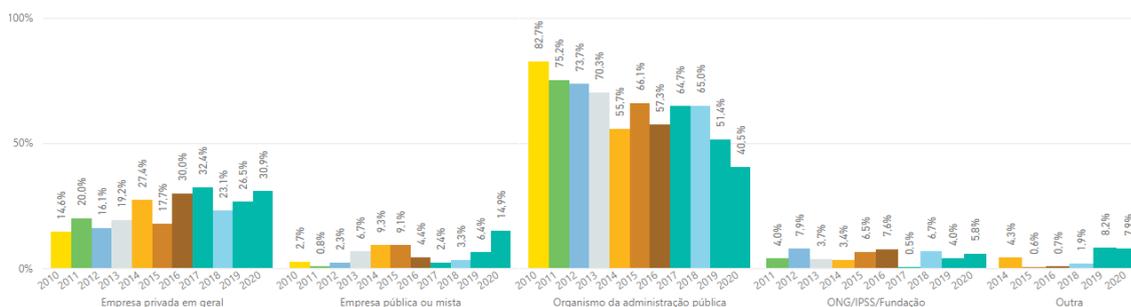


Figura 33. Natureza jurídica da entidade empregadora dos doutorados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

#### 4.8. Setores de atividade em que os doutorados exercem a sua profissão

Os dados relativos à importância do emprego por setores de atividade são especialmente relevantes, pois, entre outros aspetos, ajudam a esclarecer a alteração na estrutura do emprego que resultou na perda de importância do setor público, mencionada anteriormente.

Como se observa na Figura 34, essa perda deve-se, sobretudo, ao recuo vigoroso verificado no setor da *Educação*, que se intensificou a partir da coorte de 2014. Em 2017 e 2018, o setor educativo passou a representar menos de metade do emprego total. Nas coortes de 2019 (27%) e 2020 (33%) — embora com uma ligeira recuperação na última — ele registou os valores mais baixos de sempre. Este dado é essencial para compreender a mudança no perfil do emprego típico dos doutorados num tempo relativamente curto.

De facto, o OBIPNOVA dispõe de dados sobre duas coortes mais antigas que não constam do presente relatório — 2005 e 2009. A consulta dessas informações revela que, nesses anos, o peso dos doutorados a trabalhar na *Educação* era absolutamente hegemónico, a ponto de se poder afirmar que a realização de um doutoramento por indivíduos que não fossem docentes do ensino superior ou investigadores constituía uma situação rara. A realização de uma tese de doutoramento e a carreira universitária andavam, por assim dizer, a par.

Dada a acentuada e constante queda do setor da *Educação*, é importante então questionar quais os setores responsáveis pelo aumento da importância dos Organismos da Administração Pública que se registou em 2017 e 2018. Consta-se que este aumento não se deve ao crescimento de

doutorados a trabalhar na *Administração Pública (Central e Local)*, nos *Serviços Artísticos e Culturais*, na *Justiça*, ou na *Defesa*. O incremento parece ficar a dever-se, quase exclusivamente, à área da *Saúde e Ação Social*, que, em 2019, representava 32% do total, chegando a ultrapassar o setor *Educação*, embora tal ultrapassagem tenha sido revertida em 2020, veremos se de forma pontual.

Outro ponto digno de destaque é que os doutorados da NOVA estão progressivamente disseminados por um leque mais amplo de setores — *Justiça; Transportes e Comunicações; Indústrias Transformadoras, Eletricidade, Água, Gás, Construção e Obras Públicas; Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais*. Em 2014, surge também, praticamente pela primeira vez, o setor da *Banca e Seguros*, que adquiriu algum peso entre as coortes de 2014 e 2016, voltando a reaparecer em 2019 e 2020.

Focando-nos agora apenas no ano de 2020, além da quebra significativa no setor da *Saúde e Ação Social*, em comparação com a relevância que vinha conquistando desde 2015, o mais surpreendente foi o aumento da importância dos *Serviços Prestados às Empresas*, que atingiu um valor inédito de 18,6%. Esse incremento foi um dos principais responsáveis pelo aumento do emprego em empresas privadas registado em 2020. Na verdade, já o havia sido em 2019 (Figura 33).

Merece menção, por fim, o número extremamente reduzido de doutorados a prestar serviços na área do *Comércio, Restaurante e Hotéis*. Este setor não empregava nas coortes de 2018 e 2019 qualquer doutorado da NOVA. O contraste com o cenário observado junto dos mestres, mas em especial dos licenciados, era neste aspeto, radical.

Setor de atividade	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Educação	70,4%	88	77,7%	124	70,1%	108	70,6%	153	69,3%	88	68,3%	110	60,7%	129	50,6%	91	65,9%	102	27,0%	51	33,0%	34
Saúde e ação social	9,7%	12	5,8%	9	6,0%	9	7,6%	15	10,7%	16	24,1%	45	21,1%	54	23,3%	44	24,0%	53	22,0%	61	15,2%	16
Serviços prestados às empresas	6,5%	8	3,6%	6	2,2%	3	1,8%	4	9,9%	15	1,1%	2	6,2%	16	3,9%	7	3,8%	8	16,2%	31	18,6%	19
Administração Pública, central e local	3,2%	4	4,2%	7	3,2%	5	4,8%	9	7,2%	11	1,9%	4	4,3%	11	4,7%	9	3,1%	7	2,6%	5	6,1%	6
Indústrias transf., eletr., água, gás e construção e obras públicas	1,2%	2	4,0%	6	3,3%	5	0,5%	1	2,0%	3	2,3%	4	4,5%	12	12,0%	22	6,2%	14	1,3%	2	2,9%	3
Serviços artísticos e culturais	4,8%	6	2,6%	4	6,4%	10	1,7%	3	1,4%	2	2,3%	4	3,9%	10	1,6%	3	2,9%	6	2,2%	4	2,9%	3
Outra situação											3,4%	6	2,1%	5			6,5%	14	7,6%	15	11,0%	11
Bancos e seguros	0,8%	1							4,1%	6	2,5%	5	3,0%	8	0,9%	2	1,0%	2	2,3%	4	3,6%	4
Justiça	0,8%	1			1,3%	2			2,2%	3	0,5%	1	1,5%	4	1,4%	3	2,4%	5	1,6%	3	3,9%	4
Organismos internac. e outras instituições extraterritoriais					1,7%	3			2,0%	3							0,5%	1	6,0%	11		
Comércio, restaurantes e hotéis	0,8%	1	1,3%	2			1,4%	3	1,1%	2	1,4%	3	0,7%	2	1,5%	3					1,0%	1
Transportes e comunicações							0,5%	1			2,2%	4			1,6%	3	1,8%	4	1,3%	3		
Defesa Nacional							1,5%	3					0,5%	1	0,5%	1	1,1%	2			1,9%	2
Ns/Nr	1,8%	2	0,9%	1	1,3%	2	0,6%	1					0,7%	2								
Agricultura, pesca e indústrias extrativas					2,4%	4							0,6%	2			1,0%	2				
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>125</b>	<b>100,0%</b>	<b>160</b>	<b>100,0%</b>	<b>150</b>	<b>100,0%</b>	<b>192</b>	<b>100,0%</b>	<b>148</b>	<b>100,0%</b>	<b>188</b>	<b>100,0%</b>	<b>255</b>	<b>100,0%</b>	<b>187</b>	<b>100,0%</b>	<b>222</b>	<b>100,0%</b>	<b>191</b>	<b>100,0%</b>	<b>103</b>

Figura 34. Setores de atividade em que os doutorados da NOVA exercem a sua profissão, um ano após a obtenção do grau

#### 4.9. Situação dos doutorados na sua profissão

Quando se trata de analisar a “situação dos doutorados na profissão” (Figura 35), observamos que, do ponto de vista evolutivo, esta se aproxima do cenário registado nos dois níveis de instrução a mais baixos, semelhança que se manifesta em dois aspetos: primeiro, a percentagem de

“trabalhadores por conta de outrem” continua a ser claramente dominante; segundo, o “trabalho por conta própria” foi mais comum entre as coortes de 2011, 2012 e 2013, precisamente aquelas que iniciaram a sua atividade profissional nos anos mais marcados pela crise económica, voltando a diminuir em 2014 e 2015.

No entanto, a situação dos doutorados apresenta uma singularidade: houve um aumento da proporção de "trabalhadores por conta própria" em quatro das cinco últimas coortes. Este incremento, registado em 2016, 2017, 2019 e 2020, gera alguma perplexidade e deverá ser esclarecido através de um exame mais detalhado das atividades profissionais específicas dos doutorados nesses anos, não realizado no presente relatório.

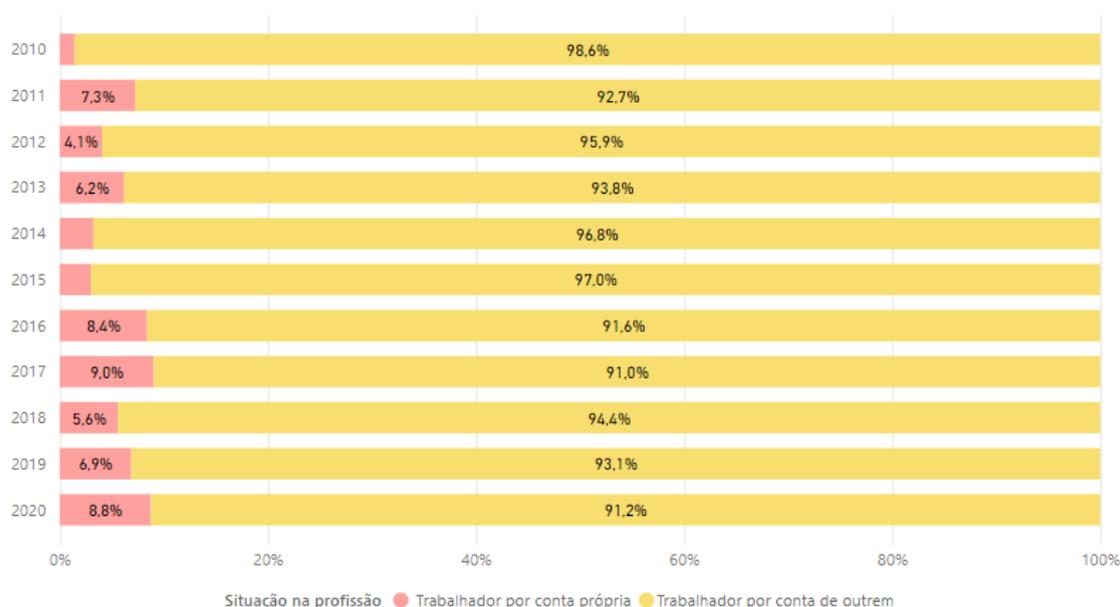


Figura 35. Situação dos doutorados da NOVA na sua profissão, um ano após a obtenção do grau

#### 4.10. Posicionamento dos doutorados face à possibilidade de emigrar

Em termos tendenciais, a evolução da intenção de emigrar manifestada pelos doutorados é idêntica à registada entre os mestres. Para ambos os grupos, esse intento foi menor em 2015 e 2016 do que em anos anteriores (Figura 36).

Entre as nove coortes analisadas a propósito de tópico, desponta a de 2012. Aí o somatório dos indivíduos que “já eram emigrantes”, que “tinham planos para emigrar nos próximos 5 anos” e dos que “consideravam a hipótese de emigrar como muito provável” aproximava-se muito de um terço do total (31,3%). Em contraste, na fileira de 2015 – que, recordamos, registava uma recuperação da “taxa de emprego”, rendimentos médios superiores e maiores níveis de ajustamento horizontal – esse mesmo somatório contraiu-se para menos da metade (13,3%).

Vale, no entanto, a pena sublinhar que, a partir daí, o volume de disposições emigratórias não voltou a cair, apesar da melhoria conjuntural. Sendo certo que não alcançou os picos de 2012 e 2014,

essa intenção foi sempre significativa. Se somarmos novamente o número daqueles que “já eram emigrantes”, com o daqueles que “tinham planos para emigrar nos próximos 5 anos” e com os que “consideravam a hipótese de emigrar como muito provável”, vemos que, entre as coortes de 2016 e 2019, esse coeficiente rondou consistentemente os 20%, aumentando para 23%, em 2020. Como referimos anteriormente, o aumento do número dos “já emigrantes” deveu-se, em parte, à intensificação dos métodos de contacto com os indivíduos residentes no estrangeiro, implementados pelo OBIPNOVA, que incluiu a realização de uma inquirição *online* complementar após a aplicação dos questionários por telefone.

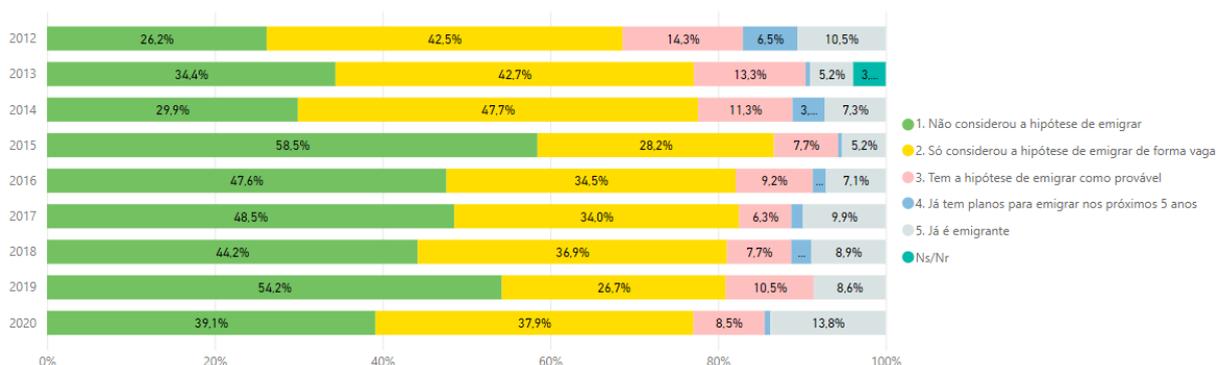


Figura 36. Posicionamento dos doutorados da NOVA (apenas os de nacionalidade portuguesa), no momento em que foram inquiridos, face à possibilidade de emigrar

#### 4.11. Percentagem de doutorados que voltariam a escolher o mesmo ciclo de estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino

Finalizamos este documento com a análise da avaliação que os doutorados da NOVA fazem dos cursos e das escolas onde realizaram os seus estudos (Figuras 37 e 38).

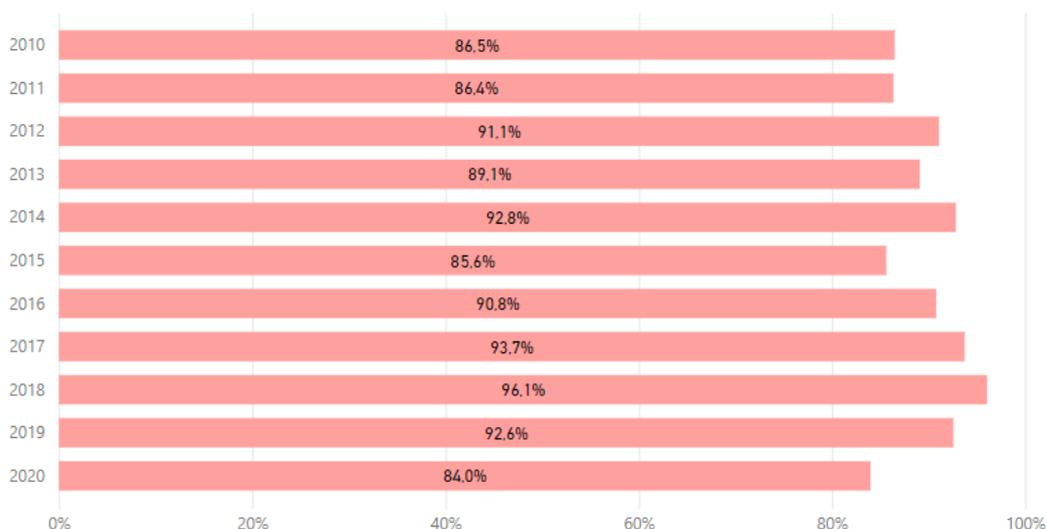
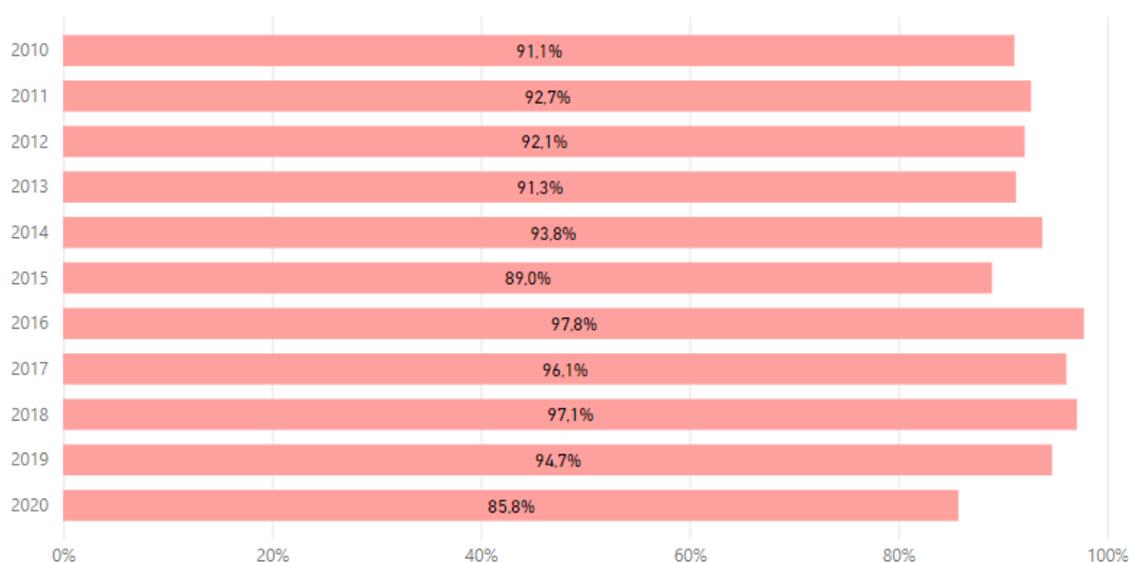


Figura 37. Percentagem de doutorados da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos

Uma breve leitura transversal é suficiente para revelar que as intenções de escolha do mesmo curso e da mesma escola são bastante elevadas. A clara maioria dos inquiridos escolheria novamente o mesmo curso (a média total das onze coortes é de 89,9%) e a mesma escola (nesse caso, a média ascende a 92,9%), mesmo considerando a ampla oferta educativa disponível a nível nacional e internacional.

No entanto, à semelhança do que ocorre com os licenciados e mestres, verifica-se, na coorte de 2020, um claro decréscimo nessas intenções de escolha face às declaradas nas coortes anteriores. Também aqui colocamos a hipótese de que os estudantes que realizaram as suas teses poderão ter sido afetados pelas dificuldades criadas pelo contexto pandémico, sobretudo na sua fase final. Mas é possível que esta avaliação reflita, também, a deterioração nos indicadores da "situação perante a atividade" e dos "níveis de ajustamento", que entre os doutorados se fez notar.



**Figura 38. Percentagem de doutorados da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino**

## Anexo

### Glossário de Critérios adotados do Instituto Nacional de Estatística

**Empregado:** indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

- a) tinha efetuado trabalho de, pelo menos, uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego;
- c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica;
- d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.

Considerando que os bolsheiros de investigação recebem subsídios, de entidades públicas ou privadas, destinados a financiar a realização, pelo próprio, de atividades de natureza científica, tecnológica e formativa, entende-se para efeitos do inquérito que recebem uma remuneração pelo trabalho, sendo deste modo classificados como empregados.

**Desempregado:** indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não;
- c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não.

Consideram-se como diligências:

- a) contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações;
- b) contacto com empregadores;
- c) contactos pessoais ou com associações sindicais;
- d) colocação, resposta ou análise de anúncios;
- e) realização de provas ou entrevistas para seleção;
- f) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos;
- g) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

**Inativo:** indivíduo, qualquer que seja a sua idade, que, no período de referência, não pode ser considerado economicamente ativo, isto é, não estava empregado, nem desempregado, nem a cumprir o serviço militar obrigatório.

**Taxa de Desemprego:** taxa que permite definir a relação entre a população desempregada e a população ativa.

**Taxa de Emprego:** taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população com idades entre os 16 e os 74 anos.

## **Lista de Acrónimos e Siglas**

AP – Administração Pública

CIES – Centro de Estudos e Investigação em Sociologia

Curso – Ciclo de Estudos Conferente de Grau

Eurostat – Gabinete de Estatísticas da União Europeia

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

NOVA – Universidade Nova de Lisboa

OBIPNOVA – Observatório da Inserção Profissional dos Diplomados da Universidade NOVA

ONG – Organização Não Governamental

UO – Unidade Orgânica

### **Edição**

Reitoria da Universidade Nova de Lisboa

Campus de Campolide – 1099-085 Lisboa

reitoria@unl.pt | [www.unl.pt](http://www.unl.pt)

Dezembro de 2024